

Sumário



Entrevista

Frei Betto, consultor do programa Fome Zero
 “Mais importante é distribuir renda” 6 e 7

Notícias do Crea

Estudo comprova viabilidade de refinaria de petróleo no ES 5
 Crea é recomendado para recertificação de qualidade 8
 ART Off-line facilita a vida do profissional 9
 Cabeamento estruturado em versão doméstica 10
 Dertes dirigido por ex-conselheira do Crea 11
 Vitória Baja participa de competição nacional 12
 Feira de Agronegócios movimenta o estado 13
 De volta ao passado 14



Entidades

AEFES, IAB, IBAPE, SEE, SEEA, SENGE, SINTAES, SINTEC 15

Matéria de Capa

Pesca à espera de incentivo 16 a 19



Águas

Degradação marca o Rio Doce 20

Boa Idéia

Dos teodolitos à estação total 21

Matéria Especial

Tesouro Colonial restaurado 22 e 23

Saneamento

Seminário define metas de saneamento para o ES 24



Caderno Técnico

Legislação 25
 Artigo 26

Emissão de ARTs
Consulta de processos e débitos
Emissão de certidões de registro e quitação
Últimas notícias das áreas ligadas ao Crea
Cursos e eventos promovidos pelo PEC
Revista Tópicos on-line
Atualização de seus dados cadastrais
Acesso à documentação e formulários

www.creaes.org.br



REVISTA DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO

Endereço: Av. Cesar Hilal, 700, 1º andar,
Bento Ferreira, Vitória-ES - CEP
29052-232 - Tel. (27) 3334-9900
Fax: (27) 3324-3644
E-mail: creaes@creaes.org.br
www.creaes.org.br

CREA-ES DIRETORIA PRESIDENTE:

Engº Eletricista Sílvio Roberto Ramos
VICE-PRESIDENTE:
Engº Civil Paulo Roberto Santos
1º TESOUREIRO:
Arquiteta Patrícia Cordeiro
2º TESOUREIRO:
Téc. Agrícola Dario Antonio de Almeida
1º SECRETÁRIO:
Engº Civil Marco Antonio Barbosa da Silva
2º SECRETÁRIO:
Engº Agrônomo Paulo César da Silva Lima

CÂMARAS ENGENHARIA CIVIL

Engº Civil Radegaz Nasser Junior

ENGENHARIA AGRONÔMICA

Engº Florestal Álvaro Garcia

ARQUITETURA

Arquiteto Alexandre Cypreste Amorim

ENGENHARIA INDUSTRIAL

Engº Ind. Mecânico José Carlos de Assis

ENGENHARIA ELÉTRICA

Engº Eletricista Antonio Carlos

Camara de Bakker

COMISSÃO DE ÉTICA

Arquiteto Alexandre Cypreste Amorim

INSPETORIAS

Cachoeiro de Itapemirim (28) 3522-2373
Colatina (27) 3721-0657
Linhares (27) 3264-1781

POSTOS DE ATENDIMENTO

Vila Velha (27) 3239-3119
Campo Grande (27) 3343-7423
São Mateus (27) 3763-5929

REVISTA DO CREA CONSELHO EDITORIAL

Sílvio Roberto Ramos
Ronaldo Oakes
Alcione Vazzoler
Fábio Pimentel
Alexandre Cypreste Amorim
Álvaro Garcia
José Antonio do Amaral Filho
Paulo Roberto Santos
Ruth Reis

GERENTE DE COMUNICAÇÃO IMAGEM E RELACIONAMENTOS

Jornalista Ronaldo Oakes de Oliveira
**CONSULTORA DE COMUNICAÇÃO IMAGEM
E RELACIONAMENTOS**

Jornalista Alcione Vazzoler

REPORTAGEM:

Alcione Vazzoler, Gláucio Rodrigues,
Izabella Salazar, Fabrício Ribeiro,
Paula Stange, Fernando Abreu,
Flávio Gonçalves, André Taquetti,
Geovana Florinda, Iara Bragato

FOTO DA CAPA

Sérgio Cardoso

EDITORAÇÃO

Equipe de Comunicação do CREA-ES

FOTOLITOS

Traçolito

GRÁFICA

Grafitusa

TIRAGEM

16,5 mil exemplares

O Espírito Santo possui 411 km de litoral, com uma diversidade de peixes e frutos do mar das maiores do país. Além disso, o Estado vive uma "onda" de projetos de piscicultura em água doce, como a criação de camarão da malásia, peixes do pantanal, trutas e até mariscos, como o Cocquile de Saint Jean, em Guarapari. Com um perfil desses, as perguntas que mais nos incomodam são: por que então se produz tão pouco pescado no Estado e a preços tão altos? Por que se consome tão pouco peixe e marisco em nosso Estado, que tem como carros chefes da sua culinária dois pratos feitos a base de peixe e frutos do mar: a torta e a moqueca capixabas?

Infelizmente essa situação não é típica apenas do Espírito Santo, mas de todo o país. A orla marítima brasileira possui 8,5 mil km de mar, e o país ainda é dono de 12% das reservas de água doce do mundo. Mesmo assim, somos apenas o 27º colocado em nível mundial na produção pesqueira, com 17,2 toneladas/ano. A situação é ainda mais paradoxal, se considerarmos que essa produção sequer consegue dar conta do consumo

interno, o que leva o país a importar por ano mais de US\$ 450 milhões em pescado.

A realidade que o Brasil vive em relação a esse setor da economia é um reflexo dos anos e anos de falta de uma política adequada, faltando investimentos no setor por parte dos governos e desinteresse de parcerias do mundo financeiro/empresarial.

Agora, vislumbram-se algumas possibilidades de melhoria, com a decisão do Governo Federal de criar um Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Agüicultura e da Pesca e com a possibilidade de investimentos da ordem de R\$ 2 bilhões. Esses recursos poderão criar uma nova "onda" de crescimento e desenvolvimento.

É necessário criar mecanismos para que o setor possa se auto-sustentar e ter uma completa renovação do parque industrial pesqueiro brasileiro, com investimentos na construção de barcos, postos e compra de equipamentos e maquinários. Esses são apenas os primeiros passos e muito ainda há a ser feito. Basta apenas que seja respeitado e utilizado o potencial pesqueiro do país.

CARTA DO LEITOR

CAROS SENHORES,

Sou ex-aluno da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, onde me formei em Engenharia Civil e fiz dois cursos de Pós-Graduação: "Engenharia de Segurança do Trabalho" e "Planejamento e Gerência de Operações no Corredor Centroleste".

(...) Foi com imensa surpresa que recebi a revista do CREA-ES de março/abril de 2003, em que consta matéria de divulgação do trabalho vencedor feito por estudantes de Engenharia Mecânica da UFES tendo como tema o projeto empreendeddor "Empresa Reciclo-Reciclagem de Pneus".

(...) Porém, é com muita tristeza que vejo o "descaso" dos administradores e professores da universidade em que me graduei e pós-graduei, ao tratar os trabalhos já realizados pela sua própria instituição.

(...) Devo lembrar ao Senhor Reitor e ao Senhor Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, que assinaram meu histórico e diploma de Pós-Graduação em "Planejamento e Gerência de Operações no Corredor Centroleste", do tema, por mim desenvolvido, como Monografia de fim de curso em 2000, qual seja (sic): "RECICLAGEM DE PNEUS COMO OPORTUNIDADE DE NEGÓCIOS".

Acho que não é exagero ressaltar novamente que tal monografia foi apresentada em 2000. Uma vez que não houve nenhuma referência à minha Monografia no trabalho dos novos alunos, me sinto no direito de fazer tal crítica.(...)

Luis Claudio Santana Montenegro
Agência Nacional de Transportes Terrestres -
ANTT - Gerência de Transporte Multimodal

EM REPOSTA às observações contidas no e-mail do engenheiro Luiz Claudio Santana Montenegro, apresento os devidos esclarecimentos, na condição de pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

1. JÚRI FINAL - EMPREENDEDORISMO

A última edição da revista Tópicos, do Crea, fez a divulgação do resultado do Júri Final realizado na disciplina Empreendedorismo, optativa do curso de graduação em Engenharia Mecânica da UFES. Para tal, os grupos de alunos apresentaram os respectivos Planos de Negócios e ocorreu a negociação dos produtos (simulação), sendo estes avaliados por jurados externos. É verdade que para a elaboração de um trabalho acadêmico, mesmo se tratando de um simples trabalho de uma disciplina de graduação, devem ser consultadas as fontes de divulgação de trabalhos técnicos e científicos.

2. BIBLIOGRAFIA - CONSULTAS E REFERÊNCIAS

Por outro lado, não é necessário o esgotamento de todas as fontes possíveis (grifo do autor) como no caso da elaboração de teses de doutorado. Certamente seria um erro consultar um trabalho, utilizar as informações nele contidas e não citá-las nas suas referências bibliográficas.

Cabe ressaltar, porém, que não é de responsabilidade da administração da UFES (grifo do autor) a verificação da bibliografia consultada para a elaboração de trabalhos científicos, técnicos ou acadêmicos.

(...) Por fim, esperando ter apresentado os esclarecimentos necessários, nos colocamos à inteira disposição. Aproveitamos para desejar sucesso ao colega engenheiro, na apresentação de seu trabalho no Congresso Internacional de "Asfalt Rubber", e demonstramos a nossa satisfação em saber que o engenheiro, como ex-aluno da UFES, ocupa um cargo importante no cenário nacional junto à ANTT.

Prof. Luiz Herkenhoff Coelho, Dr. Ing
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação - Ufes

Estudo comprova viabilidade de refinaria de petróleo no Estado

FLÁVIO GONÇALVES



O SECRETÁRIO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO, JÚLIO BUENO, ACREDITA QUE O GOVERNO FEDERAL PODE INSTALAR UMA REFINARIA NO ESTADO

O estudo sobre a viabilidade da implantação de uma refinaria de petróleo no Espírito Santo foi apresentado à sociedade capixaba pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo Júlio Bueno, no último dia 14 de maio, no Auditório do Crea-ES.

A apresentação fez parte do encerramento do 1º Ciclo de Debates Técnicos sobre Planejamento Energético, organizado pelo Crea-ES, em parceria com a Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), Federação do Comércio, Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes).

No momento está em evidência a discussão nacional dos critérios técnicos, econômicos e sociais para implantação das refinarias de petróleo necessárias para o desenvolvimento do país. “A refinaria é viável e estamos provando isso aos nossos possíveis investidores”, afirmou Júlio Bueno que disse ainda estar confiante na opção do Governo Federal de instalar a refinaria no Espírito Santo.

Em janeiro deste ano, o Crea-ES promoveu uma reunião, iniciando o movimento que mais tarde resultaria na

primeira iniciativa de debate sobre o assunto no Estado. Com a realização do ciclo de debates, empresários, lideranças políticas, parlamentares e a população tiveram acesso a conceitos, experiências e análises de especialistas na área de refino de petróleo e assuntos afins à implantação de uma refinaria de petróleo no Espírito Santo.

Segundo o Eng. Eletricista Silvio Ramos, Presidente do Crea-ES, o objetivo principal do ciclo de debates foi “buscar argumentos técnicos para subsidiar os estudos que vão embasar, junto ao Governo Federal, a defesa da implantação de uma refinaria de petróleo no Estado”.

Esta mobilização dos diversos setores da sociedade capixaba gerou um documento técnico entregue ao Governador Paulo Hartung, à Ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, e ao Presidente Lula, expondo razões técnicas e socioeconômicas que comprovam a viabilidade de uma refinaria no Espírito Santo.

ESTUDO

O conteúdo do estudo reafirma a necessidade de construção no Brasil de até três refinarias de 190 mil barris/dia

cada uma, até 2010 - já sinalizada pelo estudo “Perspectivas para o desenvolvimento do refino de petróleo no Brasil”, encomendado pela Agência Nacional de Petróleo - ANP à consultora Booz Alen - Hamilton em 2002 - e mostra que o país terá uma crescente dependência por derivados de petróleo a partir de 2010, se não fizer investimentos na área de refino, devido à defasagem entre a evolução da demanda de derivados desse recurso e os investimentos em refino no país.

Com as recentes descobertas já quantificadas de grandes volumes de petróleo na parte capixaba da Bacia de Campos, o Espírito Santo será o segundo maior produtor do país - prevendo-se que venha a responder por cerca de 20% - até o final desta década.

No Bloco exploratório BC-60, a Petrobras já declarou a comercialidade de 2 milhões de barris, que deverão atingir a vazão de 280 mil barris/dia no pico da produção, um volume suficiente para dar sustentação à necessidade de uma refinaria para suprir parte do déficit de derivados previstos para o país.

Dentro desta ótica, o Crea, a Findes, a Fecomercio, o Bandes e o Sebrae se uniram aos esforços do Governo Estadual organizando, além do ciclo de debates, dois grupos de trabalho (GT) que desenvolveram estudos complementares.

O primeiro GT tratou especificamente da instalação da refinaria e teve como incumbência aprofundar um primeiro documento produzido. O segundo tratou dos demais assuntos, como as oportunidades de negócios relacionados com a cadeia produtiva do petróleo e gás natural do Espírito Santo.

Os ciclos de palestras irão continuar, segundo Edivaldo Sposito, consultor contratado da Assessoria de Projetos Especiais do Crea-ES. “O próximo ciclo terá como tema central a Energia Elétrica, com o objetivo de contribuir para a elaboração de um planejamento energético para o Espírito Santo”, informou.

Frei Betto, consultor do programa Fome Zero

“Mais importante é distribuir renda”

O Assessor Especial da Presidência da República, Frei Betto, responsável por acompanhar o programa Fome Zero, um dos focos do Governo Federal, esteve em Vitória no dia 28 de maio para participar de um Seminário realizado pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Frei Betto, que já morou em Vitória durante a década de 70, falou com exclusividade para a revista Tópicos sobre o Fome Zero.



PAULA STANGE

Como o Governo tem recebido as críticas ao Fome Zero?

Como contribuição, aquelas vindas de quem tem experiência em segurança alimentar. Outras são críticas não ao Fome Zero, mas a um programa que estava na cabeça desses críticos, e que não é o que estamos implantando. Por exemplo, discutia-se muito como iria ser a logística do programa na distribuição de alimentos. No entanto, para o Fome Zero, mais importante do que distribuir alimento é distribuir renda, trabalho, resgatar a auto-estima das pessoas e a consciência cidadã. Ou seja, o Fome Zero, ao contrário da maioria das ações de combate à fome no país, não é assistencialista, ele é um programa de inclusão social.

Qual a importância dos conselhos estaduais, os Conseas, para o sucesso do Fome Zero?

Agilizando o Consea, torna-se mais fácil a expansão do Fome Zero a todo o país. O programa reúne políticas locais, políticas específicas, que é o caso do cartão alimentação, e políticas estruturais, como reforma agrária, economia solidária, entre outras.

Além dos governos estaduais, quem mais vai integrar o Consea?

O governo é minoritário. Os conselhos estaduais serão integrados em sua maioria por movimentos sociais, entidades, igrejas, sindicatos, associações, clubes de serviços, de preferência aque-

les que trabalham com população carente. Eles serão integrantes na proporção de 2/3, enquanto o poder público entra com 1/3. Isso torna o conselho mais representativo e menos vulnerável a uma possível manipulação política eleitoral. Também queremos incentivar todas as prefeituras dos estados a formatarem seus respectivos Conseas. Os estados e municípios deverão implantar o seu perfil do Fome Zero, em parceria com o Governo Federal. Eles formarão grupos de trabalho para, entre outras ações prioritárias, fazer um mapeamento da fome na região, agilizando o trabalho para a vinda dos recursos federais.

Quais, entre as cinco áreas prioritárias, o programa vai atender no ES?

O ES só não se enquadra em uma das cinco prioridades, que é o semi-árido nordestino, que se estende para municípios do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Mas nas outras quatro se enquadra: os acampamentos e assentamentos rurais; as comunidades quilombolas; e população que vive nos e dos lixões e as aldeias indígenas em estado de subnutrição.

Que avaliação o Governo Federal fez das primeiras experiências do programa?

Para se ter uma idéia, posso citar o caso do Piauí, um dos pioneiros. Nós esperávamos implantar o programa no Piauí com mil famílias, em 120 dias. Mas

já são 13 mil famílias recebendo o cartão alimentação. Esperávamos que o programa chegasse a cerca de 80 municípios, já são 193. No município de Guaribas (PI), outra experiência piloto, uma população de pouco mais de 4 mil habitantes, tem agora um ingresso mensal de R\$ 5 mil. Isso é uma revolução naquele município tão pobre, que tem um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano do país. O programa permite a reativação da economia local, a valorização da produção dos pequenos e médios produtores. Em todo o país, nós já temos 34 mil postos de coleta de alimentos nas agências do Banco do Brasil, da CEF, Correios, etc. Essas doações serão transformadas em cestas básicas para os segmentos alvos do Fome Zero que não podem produzir renda como os acampamentos rurais e de índios, que estão numa situação de penúria.

Como evitar o clientelismo?

Podemos evitar na medida em que os alimentos não são entregues diretamente às famílias beneficiárias, mas às entidades que trabalham para essas famílias. Essas entidades são capacitadas para não fazerem trabalhos assistencialistas. Na hora de entregar o alimento, o beneficiário será questionado sobre seus vínculos familiares, profissão, se é alfabetizado, se precisa de tratamento dentário, enfim, a idéia é considerar a dignidade da pessoa, tornando-a cidadã, tirando-a da rua. O pro-

grama implantará cursos de alfabetização para jovens e adultos, com duração de três meses. Ainda teremos hortas comunitárias, cooperativas, agricultura familiar, micro crédito, programa de saúde, construção de cisternas de captação da água da chuva, entre outras políticas públicas para estimular a geração de renda.

As empresas estão, de um modo geral, mais interessadas em investir na área social. Instituições como o Crea também vêm promovendo ações de responsabilidade social. Que importância o senhor vê na participação dessas empresas, entidades e da sociedade civil no Programa e no crescimento do país?

O Presidente Lula deixou claro que o programa não terá êxito se a sociedade civil não se assumir como protagonista. Nós já temos cerca de 400 empresas que estão conveniadas como parceiras do Fome Zero para o próximos quatro anos. Não aceitamos por menos tempo, são todos por quatro anos. Isso revela uma consciência cívica e cidadã mais profun-

da das empresas, não só as brasileiras. Mas é preciso que nos estados e municípios outras empresas procurem os movimentos sociais ou a prefeitura para saber como podem contribuir com a erradicação da fome no Brasil. Esse é um desafio de todos os brasileiros, independente de condição religiosa, de partido e ideologias.

O Brasil está na lista dos países que mais esbanjam comida no mundo devido, entre outros fatores, à armazenagem e transporte inadequados. Como o Governo pretende enfrentar o problema do desperdício de alimentos?

Estamos desenvolvendo uma linha de educação nutricional, para alertar não só os produtores, mas também os consumidores. Há muito desperdício nas casas, nos locais de trabalho, daí a importância de se realizar esse trabalho junto aos Bancos de Alimentos, que são bancos nos municípios encarregados de recolher alimentos perecíveis de açougues, supermercados, restaurantes, e no mesmo dia fazer com

que esses produtos cheguem à mesa das pessoas. O desperdício é algo que nós precisamos combater, a partir da educação nas famílias, nas escolas, qualquer forma de desperdício. Essa consciência precisa ser criada, ligada a uma educação nutricional que infelizmente o brasileiro ainda não tem. Nós comemos mal, movidos pelos olhos, sem consciência sobre os componentes químicos dos alimentos e que tipo de reação eles provocam no nosso organismo.

O ES é destaque na agricultura familiar, um setor que apesar de ser bastante produtivo nunca recebeu muita atenção do Governo Federal. Agora, dentro dos projetos do Fome Zero, o plantio familiar vai receber ser beneficiado?

Sim. o Governo está preparando uma série de ações para privilegiar o crédito à agricultura familiar, estabelecer o seguro safra para algumas regiões do Brasil. Essa e outras medidas estão sendo manejadas dentro do PPA - Plano Plurianual, que vai ser aprovado em agosto deste ano.

A Central Telefônica do Fome Zero funciona de 8h às 20h, ligação gratuita pelo telefone 0800-707-2003 ou pela internet no endereço www.fomezero.gov.br

12 de Julho
Dia do Engenheiro Florestal

AEFES
Associação de Engenheiros Florestais de Espírito Santo
25 ANOS

Produzir para garantir um futuro sustentável

Crea é recomendado para recertificação de qualidade

O Crea-ES está recomendado para receber a recertificação da qualidade ISO 9001:2000. A auditoria de recertificação foi realizada no dia 11 de julho pela empresa Det Norske Veritas Certificadora Ltda. Brasil.

O Comitê de Apoio à Gestão - Cage junto com o Escritório da Qualidade conduziram os trabalhos e incentivaram a participação de todos os funcionários no processo de recertificação, que será válida por três anos.

O Administrador Aluys Carlos Zon Júnior, Gerente da Unidade de Controladoria, destaca que a certificação

consolida uma prática que já vinha sendo adotada. “O tema qualidade já faz parte da cultura do nosso Conselho e quem tem a ganhar são os profissionais, as empresas e a sociedade”, ressalta o Gerente.

Os auditores avaliaram que a implantação e implementação do Sistema de Gestão da Qualidade estão de acordo com os padrões da Norma ISO. Segundo eles, o resultado positivo na auditoria comprova que os funcionários e a direção do Crea-ES estão comprometidos com a melhoria contínua dos serviços ofertados.



FERNANDO ABRIL



CLELSON FELIPPE

A agricultura capixaba vem sendo ameaçada por práticas agrícolas incompatíveis com as características dos agroecossistemas tropicais, o que reduz aceleradamente a fertilidade natural dos solos, compromete a qualidade e a disponibilidade hídrica dos mananciais e suprime nossa biodiversidade. Sabendo da importância de realizar uma ampla reflexão sobre caminhos alternativos para um desenvolvimento que preserve o meio ambiente, o Crea e o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Espírito Santo (Senge-ES) estarão promovendo nos dias 17 e 18 de setembro, no Hotel Pathernon Pasárgada, em Vila Velha, o Seminário Interestadual de Agricultura Sustentável.

O evento terá como temática “A agroecologia como referência para o exercício da cidadania no campo” e pretende desencadear e aprofundar o debate técnico-científico sobre a proposta de desenvolvimento sustentável para a agricultura do Espírito Santo, tendo como base as inicia-

tivas já existentes, para consolidar os ideais de transformação e evolução do modelo agrícola do Estado.

O evento contará com aproximadamente trezentos participantes entre Engenheiros Agrônomos, Florestais e Agrícolas, além de Técnicos Agrícolas, produtores, empresários rurais, membros de ONGs, lideranças políticas e comunitárias, estudantes e outros profissionais de Ciência e Tecnologia.

O Eng. Agrônomo Cledson de Sousa Felipe considera importante a realização do Seminário, pois “hoje não há um marco separador do que é desenvolvimento sustentável e do que não é sustentável”. O Engenheiro informa que para um projeto de desenvolvimento ser considerado sustentável, deve obedecer a quatro critérios fundamentais: ser economicamente viável, ecologicamente sustentável, energeticamente equilibrado e socialmente aceitável. Por isso, o seminário será também um espaço de discussão para tentar resolver esses problemas conceituais.

Serão três painéis com eixos temáticos distintos. O primeiro terá um eixo político, no qual um representante do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal explicará a política nacional de desenvolvimento sustentável; um representante do Ministério da Agricul-

tura falará sobre a política nacional de agricultura; e um representante do Ministério de Desenvolvimento Agrário abordará o projeto de reforma agrária. Ainda haverá a palestra de um representante da Secretaria de Estado da Agricultura sobre a política estadual de agricultura.

No segundo painel, com um eixo conceitual, serão discutidos o desenvolvimento local e regional, bases técnicas e científicas da agricultura sustentável e os impactos ambientais e reflexos na saúde dos agricultores e consumidores devidos ao uso indiscriminado de agrotóxicos.

O último painel terá um eixo operativo, em que será abordado o planejamento estratégico e sua viabilidade de aplicação à realidade do campo. Além disso, será apresentado o projeto desenvolvido pela Associação dos Agricultores Agroecológicos da Serra Geral - Agreco, uma experiência bem sucedida de agricultura sustentável realizada em Santa Rosa de Lima, Santa Catarina. Segundo Cledson Felipe, trata-se de uma experiência pioneira, na qual organizações sociais urbanas adquirem de grupos organizados de agricultores produtos alimentícios cultivados dentro dos padrões de qualidade estabelecidos pela agroecologia.

ART Off-line facilita a vida do profissional

Desde que foi lançada, em abril de 2002, a ART Online fornece aos profissionais uma boa alternativa ao tradicional formulário de papel que é retirado nos postos e inspetorias. Para os profissionais que não dispõem de uma boa conexão para acesso a Internet ou simplesmente acham mais prático preencher a ART fora da rede, mas não gostariam de perder a praticidade oferecida pelo computador, o Crea lançou no início de junho a ART Off-line.

O novo sistema permite que os profissionais façam o download de um programa a partir da página do Crea-ES (www.creaes.org.br) e preencham a ART no próprio computador sem a necessidade de estarem conectados à Internet, num sistema parecido com o do Imposto de Renda.

Após conferir as informações, o profissional as envia para o Crea pela Internet e imprime a guia que deve ser paga no banco. Após efetuar o pagamento, basta enviar a ART assinada para o Crea. O envelope também é impresso pelo programa e já vem com Porte Pago. Não é necessário enviar a guia de pagamento, pois a partir do momento em que o documento é pago,

o sistema automaticamente é informado.

Para copiar o arquivo, o profissional deve ser registrado no Crea e acessar a área restrita do site. Segundo o Consultor de Informática, Kleyson Musso, a procura pelo programa superou as expectativas, pois em duas semanas já havia sido copiado por cem profissionais apenas com a exposição do link no site e sem qualquer divulgação extra.

Com a nova ART Off-line, os profissionais agora podem escolher entre três maneiras de preenchimento: manualmente, através dos formulários disponíveis nos Postos de Atendimento e Inspeções, utilizando a ART Online ou com o novo programa.



A ART OFF-LINE SURTIU COMO UMA NOVA OPÇÃO PARA OS PROFISSIONAIS DO CREA-ES

ATAES

Cooperativismo

Capacitar técnicos em Cooperativismo e Associativismo, com enfoque no meio rural. Esta é a proposta de um projeto, implantado em maio deste ano, pela Associação Estadual dos Técnicos Agrícolas do Espírito Santo - Ataes, em parceria com o Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Espírito Santo - Sintaes. O projeto recebeu apoio financeiro do Crea-ES.

Cuidados com a ART Online

Além de serem muito fáceis de serem usados, os sistemas eletrônicos de geração de ARTs garantem muita comodidade ao usuário, que pode preenchê-las de sua própria casa ou escritório. Porém, no caso da ART Online existem alguns cuidados que devem ser tomados para que ela seja utilizada corretamente.

O envio da ART Online funciona através do sistema de Porte Pago dos Correios. Após a impressão do documento em duas vias, o profissional vira a folha e solicita a impressão do verso, que contém as informações necessárias para a postagem.

Com os dois lados da folha impressos, ela deve ser dobrada e colada conforme indicações, evitando-se passar cola em cima do número do documento que fica no canto superior direito. Segundo o líder da equipe de ART do Crea-ES, Marcos Perini, quando há cola em cima do número, há risco de ele ser rasgado e tornado ilegível no momento da abertura do documento.

Alguns profissionais resolvem esse problema ao imprimir as informações para postagem numa folha separada. Então essa folha é dobrada e colada de forma que faça um envelope e a outra

parte, com a ART, é colocada ali dentro. Outra dica é utilizar um mesmo envelope para enviar duas ou três ARTs. Além de diminuir o volume de correspondências, essa prática garante que todos os documentos que um determinado profissional emita em um mesmo dia fiquem juntos.

Antes de colocar a carta no correio, é importante verificar se os documentos estão assinados. Algumas ARTs estão chegando ao Conselho sem assinaturas, o que pode causar a nulidade do documento, conforme determina Resolução do Confea.

Informações: Equipe de ART (27) 3334-9923

Cabeamento Estruturado em versão doméstica

O Programa de Educação Continuada (PEC) promoveu no dia 19 de março a palestra "Cabeamento Estruturado", com o especialista Gilberto Sudré. O evento, que ocorreu no auditório do Crea, contou com a presença de mais de cem Engenheiros, Técnicos e estudantes. Em duas horas de apresentação, o público pôde conhecer um pouco mais sobre esta nova tecnologia norte-americana, que já está presente em inúmeros escritórios e salas comerciais e já ingressa em ambientes residenciais.

Segundo a norma 14565 da ABNT, um projeto de cabeamento estruturado deve integrar, num só equipamento, diferentes tipos de redes de sinal em baixa tensão, como cabos de telefone, vídeo, computador, sistema de alarme, entre outros.

Quem aderiu à técnica inovadora garante que os inconvenientes trazidos com mudanças de layout em escritórios e moradias ficaram no passado. Entre as vantagens

trazidas pela nova técnica, que chegou ao Brasil na década de 90, destacam-se a flexibilidade e a redução de custos, além de novas oportunidades de trabalho para os profissionais especializados na tecnologia. O espaço de atuação no mercado estende-se a empresas de prestação de serviços em cabeamentos, empresas especializadas em alarmes, além de firmas especializadas na manutenção das empresas que já possuem a rede.

O prolongamento do escritório para dentro dos lares, o mercado autônomo e a informatização das residências indicam um aumento significativo na procura do serviço de redes domésticas. "É uma tecnologia que sai dos ambientes de trabalho e se estende para dentro dos lares", informa Sudré.

No entanto, devem-se tomar algumas precauções na hora de contratar os serviços de empresas do gênero. Conforme Gilberto Sudré, é preciso se certificar quanto a qualidade do material fornecido pelo fabricante e a capacitação do profissional que irá executar os serviços. O processo de certificação dos serviços vai desde a fase de formulação e execução do projeto, até a escolha de materiais de qualidade que serão utilizados. "A boa escolha possibilita para o consumidor uma garantia de até vinte anos por parte das empresas fornecedoras", acrescenta o especialista.

O resultado positivo da palestra motivou o PEC a estudar a possibilidade de realizar um curso sobre esse tema no segundo semestre deste ano.



Semana de Geografia na Ufes

Com objetivo de promover uma maior inserção do conhecimento geográfico na sociedade, o Centro Acadêmico de Geografia da Ufes organizou entre os dias 26 e 30 de maio, a Semana de Geografia 2003. O evento, que contou com o apoio do Crea-ES, debateu temas como Mercado de Trabalho do Geógrafo, Cartografia e Geoprocessamento, Ensino de Geografia no século XXI, Geografia Agrária e Geografia e Guerra.

Entre estudantes, professores e profissionais da área, participaram da semana mais de 200 pessoas. Na programação estavam, além das tradicionais mesas redondas, palestras, mini-cursos, apresentação de trabalhos científicos e apresentações culturais.

Para o Vice-Presidente do Crea-ES, Engenheiro Civil Paulo Roberto Santos, que participou da abertura da Semana, o evento "foi importante pois discutiram-se aspectos da profissão dos Geógrafos e o apoio do Crea representa um marco para outras iniciativas como essa".

Segundo o Diretor do Centro Acadêmico de Geografia, Alessandro Bayer, a semana foi fundamental. "Houve discussões relacionadas às diversas formas de intervenção do homem no espaço, no contexto contemporâneo do capitalismo e de suas metamorfoses, promovendo a reflexão da própria ciência geográfica e de seu propósito específico".

AGB cria Conselho Técnico Científico

A Associação dos Geógrafos do Brasil / Espírito Santo - AGB-ES instituiu em maio o Conselho Técnico Científico da entidade. Formado por Geógrafos, professores e pesquisadores da área de Geografia, o Conselho tem como objetivo prestar assessoria técnica junto a AGB. A iniciativa partiu da necessidade de realizar pareceres em áreas como transportes, recursos hídricos e planejamento urbano, que vêm sendo solicitados à AGB.

ABES

V Sesma

De 11 a 15 de agosto de 2003 acontecerá o V Seminário Estadual sobre Saneamento e Meio Ambiente (V SESMA), na Faesa Campus II, em Vitória. A iniciativa é da Associação Brasileira de Engenharia Ambiental - Seção Espírito Santo - Abes. O V SESMA traz como novidade as apresentações de experiências desenvolvidas em saneamento e meio ambiente no ES. Inscrições: (27) 3324-5211.

Ex-conselheira do Crea-ES é a primeira mulher a dirigir o Dertes

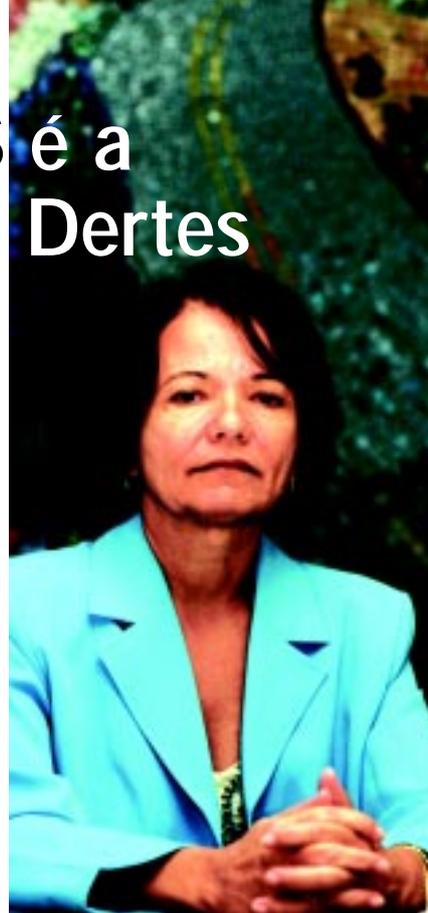
Reestruturação, informatização, capacitação e treinamento dos servidores do Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes do Espírito Santo (Dertes) são as principais metas da nova diretora geral do órgão, Eng. Civil Lucia Vilarinho Ramos, que irá implementar e modernizar novos procedimentos, a fim de melhorar o atendimento e a capacidade de resposta à sociedade.

Além desses projetos, a nova diretora, que foi conselheira do Crea, pretende ampliar o nível de integração e interação com as demais Secretarias do Governo Estadual, recuperar e conservar as rodovias estaduais e elaborar um dossiê completo da situação das pontes existentes no Espírito Santo.

Lucia Vilarinho garante que “ser a primeira mulher a assumir a direção do

Dertes e conduzir um órgão que é resultado da fusão de dois importantes departamentos do Estado, o Departamento de Edificações e Obras - DEO/ES e o Departamento de Estradas de Rodagem - DER/ES, estão sendo os principais desafios”.

A nova diretora, que ocupou até maio deste ano o cargo de Sub-Secretária de Controles Urbanos da Prefeitura Municipal de Vitória, tomou posse da diretoria geral do Dertes no dia 27 de maio, no Palácio Anchieta. Participaram da solenidade o Governador Paulo Hartung, o Secretário Estadual de Desenvolvimento, de Infra-Estrutura e de Transportes, Eng. Eletricista Silvio Roberto Ramos, o Presidente da Assembleia Legislativa, Cláudio Vereza, o Presidente do PT, João Coser e o Prefeito de Vitória, Luiz Paulo Veloso Lucas.



LUCIA ACREDITA QUE ENFRENTARÁ MUITOS DESAFIOS, MAS PROMETE MODERNIZAR O ÓRGÃO

Convênios entre Mútua e CEF facilitam compra de imóveis e equipamentos

A MÚTUA – Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea/ES e a Caixa Econômica Federal apresentaram no dia 10 de junho, no auditório do Conselho, convênios que disponibilizarão cartas de crédito para os profissionais do Sistema Confea/Crea/Mútua.

O Gerente Geral da Caixa Econômica Federal, Carlos Guimarães Cerqueira e o Diretor da MÚTUA Caixa/ES, Demilson Guilherme Martins, explicaram aos profissionais, conselheiros e entidades as vantagens dos novos benefícios.

Os projetos serão destinados ao programa de **Imóvel na Planta e/ou em Construção** e a financiamentos através do **Proger - Programa de Geração de Emprego e Renda**. Para isso, poderão ser utilizados recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

Os interessados nos projetos podem contatar a Mútua (tel.: 3334-9942; caixaes@veloxmail.com.br).

O Instituto Idéias informa exclusivamente sobre o programa Imóvel na Planta e/ou em Construção (tels.: 3315-5305; 3324-3983; institutoideias@intervip.com.br).

Imóvel na Planta e/ou em Construção - Empréstimos concedidos a grupos de pessoas físicas para construções em terreno próprio ou para construções e aquisição de terreno. O limite de recursos disponíveis pelo FAT é de até R\$ 350 mil e de R\$ 80 mil pelo FGTS.

Os recursos do Proger serão destinados para o financiamento da compra de equipamentos para escritório e capital de giro, com juros de 6% ao ano. Para pessoa física, os valores disponíveis são de R\$10 mil para profissionais com até quatro anos de formado e R\$20 mil para os demais profissionais. Já para pessoa jurídica com mais de um ano no mercado, o valor é de até R\$50 mil.



**Profissional:
Isso é importante pra você!**



EM BREVE OS CARROS DA EQUIPE VITÓRIA BAJA PRODERÃO TREINAR DENTRO DO CAMPUS DE GOIABEIRAS

Vitória Baja participa de competição nacional

A equipe Vitória Baja, da Ufes, conquistou o 1º lugar nas categorias manutenção e estilo *slalon*, na IX Competição da Sociedade dos Engenheiros Automotivos Brasil - Petrobras de Mini-Baja - SAE.

Formada por estudantes do curso de Engenharia Mecânica da Ufes, a equipe participou da competição realizada em Piracicaba (SP), no último mês de abril.

Sob orientação do professor Engenheiro Mecânico Elias Dalvi, a equipe capixaba também foi a 2ª melhor entre todas as universidades federais que participaram do evento.

A disputa contou com 77 equipes de todo o país e a Vitória Baja terminou a competição em 7º lugar, à frente de instituições como a USP, ITA, UFMG e UFRJ.

“O valor do projeto era de R\$ 26 mil, mas devido à falta de outros patrocínios tivemos que reduzir os custos para R\$ 15 mil, e desenvolver o carro em apenas dois meses. Mesmo assim, o resultado foi muito bom”, afirma Allan Bragato, estudante do 4º período de Engenharia Mecânica.

Além dos oito estudantes do curso de Engenharia Mecânica, alunos dos cursos de Engenharia Civil, Elétrica e da Computação estão participando do projeto do carro para o próximo ano.

Com o objetivo de melhorar o desempenho nas próximas competições está sendo construída, no campus de Goiabeiras da Ufes, uma pista de treinos para os carros projetados.

Inspetores Adjuntos do Crea-ES

Na última edição da Revista Tópicos informamos que durante os meses de março e abril foram eleitos em todo Estado, os novos Inspetores Adjuntos do Crea-ES. Nesta edição, apresentamos a lista completa dos Inspetores Adjuntos, que a partir de agora, juntamente com os Inspetores Regionais, representam política e institucionalmente o Conselho junto aos profissionais e à comunidade, de acordo com as diretrizes gerais estabelecidas pelo planejamento estratégico em vigor.

Arq. Joanea Penna De Oliveira	Conceição da Barra	Arq. Carolina Haddad S. D. Vieira	Venda Nova do Imigrante
Eng. Civil Eliezer Biancardi	Jaguaré	Eng. Civil Eymard Minette	Brejetuba
Eng. Civil Walmor A. Cabral Filho	Pedro Canário	Arq. João Lucas Ribeiro Borges	Conceição do Castelo
Arq. e Urbanista Gleice Alcino	Mucurici	Eng. Agrônomo Luiz José A. de Carvalho	Guarapari
Téc. em Agropecuária H. de Sena Rocha	Ponto Belo	Eng. Civil Manoel Mendes da Rocha Neto	Anchieta
Eng. Civil Luciana M. Santos Zanoni	Pinheiros	Arq. Manoel M. P. Gatto	Piúma
Eng. Agrônomo S. F. de Brito Junior	Montanha	Eng. Civil Mauricio Mendes Júnior	Castelo
Eng. Civil Celso Antônio Ribeiro	Sooretama	Eng. Civil Marco Aurélio Sobrinho	Muqui
Eng. Civil Aline Antônia Castro Binda	São Gabriel da Palha	Eng. Civil Zilmar Geaquinto Filho	Atilio Vivácqua
Eng. Civil Neivaldo Fregona	Vila Valério	Eng. Civil Vicente de Paula Guedes Vivas	Mimoso do Sul
Arq. André Luiz Mello Araújo	Nova Venécia	Eng. Civil Zilmar Geaquinto Filho	Presidente Kennedy
Eng. Civil Jovino Sergio Viana de Castro	Pancas	Eng. Civil Denis Antônio de Oliveira	Iúna
Arq. Kelly Guariento Marques	Marilândia	Arq. Jone Rodrigues Gonçalves	Ibitirama
Eng. Agrônomo Luiz Rogério Lessa Santos	Ecoporanga	Eng. Civil Laurismar Miguel da Silva	Irupi
Eng. Civil Jorge Luiz Lopes Boren	Água Doce do Norte	Eng. Agrônomo Helder Braz Scarpi	Muniz Freire
Eng. Agrônomo Cristiano N. S. da Silva	Águia Branca	Eng. Agônomo Geraldo Costa Lima	Ibatiba
Eng. Civil Raphael R. de Araújo e Silva	Barra de São Francisco	Eng. Civil Mauro Lúcio de Campos Ferraz	Guaçuí
Eng. Agrônomo Julio Magevski	Santa Tereza	Eng. Civil Anderson Luiz Emerly dos Santos	Divino de São Lourenço
Eng. Florestal César Santos Carvalho	Itarana	Eng. Civil Heliege de Barros C. Couzzi	Dores do Rio Preto
Téc. em Agropecuária V. Primo Delboni	Itaguaçu	Eng. Agrônomo Venilton Santos Barbosa	Alegre
Eng. Agrônomo Arlindo Stange	Santa Leopoldina	Eng. Agrônomo Carlos S. Lazarine Tebaldi	Bom Jesus do Norte
Eng. Agrônomo Edegar A. Formentini	Santa Maria de Jetibá		

Livro narra histórias de profissionais

A implantação do sistema telefônico de Hora Certa e a ativação da primeira central analógica na região norte do Espírito Santo, em Colatina, são alguns dos assuntos do livro “Pessoas especiais em momentos especiais”, escrito pelo Técnico em Telecomunicações Domingos Sávio Giacomeli.

Ele narra fatos e curiosidades envolvendo profissionais do Sistema Confea/Crea no desempenho de suas funções. Sem utilizar termos técnicos, o autor relata fatos da história de uma classe profissional com um texto leve e descontraído. São histórias trágicas, cômicas e até de heroísmo. Entre os casos está o da criação do Bina, equipamento para identificar chamadas telefônicas, contada pelo seu próprio inventor, Nélcio José Nicolai.

“É uma forma de mostrar que o país cresce graças ao trabalho de muitos. Grande parte desses trabalhadores é desconhecida e esta é a forma que encontrei de valorizar o trabalho deles e de demonstrar reconhecimento à família daqueles outros que já partiram”, afirma o autor.

A maior parte das histórias desse livro tem como cenário o Espírito Santo, mas Domingos Sávio pretende estender seu trabalho a todo o Brasil e para tal pede a colaboração de qualquer pessoa interessada em ajudar na divulgação de histórias de profissionais em qualquer região do país. O telefone para contato é (27) 3385-4619.

Agrônomo é homenageado pelo Incaper

No dia 21 de maio, o Centro Regional de Desenvolvimento Rural do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) e o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo - Seccional Linhares (Serlinges) prestaram uma homenagem ao Engenheiro Agrônomo Danilo Milanez, dando o nome dele ao prédio onde funciona o Incaper, no qual trabalhou por 27 anos. Falecido em fevereiro deste ano, Milanez foi o responsável pela introdução da cultura de pimenta-do-reino no Espírito Santo.



Dia Mundial do Meio Ambiente

No dia 5 de junho, o Movimento de Cidadania pelas Águas participou de uma manifestação cultural em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, realizada na Praça Costa Pereira, em Vitória. Além do Movimento, o evento contou com a presença do Presidente do Sindicato dos Engenheiros do ES, Eng. Luis Fernando Fiorotti.

O principal momento da manifestação foi a apresentação do grupo de teatro Rádio Planeta Terra, que fez uma en-

cenção de conscientização quanto à economia de água, chamando a atenção de todos que passavam pelo local. O Movimento de Cidadania aproveitou a oportunidade para fazer a distribuição de adesivos e folhetos.

Ao final, os populares que estavam presentes foram convidados a realizar um abraço simbólico em torno de uma árvore da Praça e receberam mudas de árvores distribuídas pelo Movimento.

Feira de Agronegócios movimentada Espírito Santo

Para mostrar a realidade e as potencialidades do agronegócio capixaba e criar um ambiente favorável para negócios entre os diferentes setores agrícolas, será realizada de 17 a 19 de julho, na sede da Faculdade Unilinhães, no município de Linhares, no norte do Espírito Santo, a 4ª Feira de Agronegócios do Espírito Santo-Feagro e a 3ª Feira de Agronegócio Frutas-Agrifrutis.

Com expectativa de público de dez mil pessoas e uma movimentação financeira em torno de R\$ 5 milhões, o evento reunirá cerca de 100 empresas expositoras, que apresentarão as mais novas tecnologias, produtos e serviços do setor.

A Feira é aberta a Técnicos ligados às ciências agrárias, órgãos públicos de pesquisa e assistência técnica, instituições de ensino, produtores rurais, profissionais ligados ao negócio agrícola, secretários municipais de agricultura, federações de agricultura, líderes rurais, dirigentes de cooperativas e associações, empresários rurais e a sociedade de modo geral.

A 4ª FEAGRO é uma promoção da Sociedade Espiritossantense de Engenheiros Agrônomos - SEEA, Prefeitura Municipal de Linhares, Secretaria de Estado da Agricultura - SEAG e vinculada e Delegacia Federal da Agricultura - DFA, tendo como organizadora a empresa Midas Workshop Bureau.

De volta ao passado

ARQUIVO PESSOAL

A Associação dos Ex-Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa - Aesa realizará entre os dias 18 e 20 de julho o VI Encontro "De Volta ao Passado", na Escola Agrotécnica, situada no distrito de São João de Petrópolis. A Associação, fundada há mais de quinze anos, reúne cerca de quinhentos ex-alunos. Atualmente sua administração é formada por 23 membros eleitos em outubro de 2002 com as propostas de promover e participar de eventos de confraternização e de valorizar o patrimônio histórico e cultural da Escola.

Ao assumir a Associação, a diretoria realizou uma atualização do estatuto da entidade. Segundo a Presidente, Jussara Dalcolmo, a medida modernizou a administração e as formas de captação de recursos. Com as mudanças, os ex-alunos passarão a pagar uma taxa de anuidade de 10% do valor do salário mínimo vigente, com vencimento em 30 de junho de cada ano. Além disso, os sócios

que estavam inadimplentes foram anistiados até 31 de dezembro do ano passado. Este ano, excepcionalmente, os sócios poderão pagar a anuidade no dia do Encontro, devido à sua proximidade.

Quem estiver interessado em participar do evento deve entrar em contato com os organizadores para saber sobre o valor da taxa de inscrição. A taxa será diferenciada para ex-alunos associados e não associados com a anuidade e para os não associados. O último encontro contou com a participação de 450 ex-alunos. Mais informações com Jussara Dalcolmo, Presidente da Associação, no telefone (27) 3223-0611, e no e-mail: jussaramdt@hotmail.com



COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO COM FAMÍLIA

PROGRAMAÇÃO:

- 18/07 – seresta de confraternização
- 19/07 – recepção, visita às instalações, tarde esportiva, abertura oficial, hora social e noite dançante
- 20/07 – alvorada festiva, café da manhã, exposição de fotografias da escola e dos ex-alunos, churrasco e músicas

Projeto de Lei sobre cercas elétricas



O Crea-ES encaminhou no dia 02 de julho à Assembléia Legislativa do Espírito Santo, um projeto de lei que trata da instalação e

manutenção de cercas elétricas no Estado.

O documento foi elaborado pelo Consultor Técnico, Engenheiro Eletricista Ernani de Castro Gama, que considera preocupante a forma como esses equipamentos estão sendo instalados.

O projeto de lei alerta para a importância da participação de profissionais e empresas habilitados na instalação desse tipo de sistema de proteção.

Calendário do PEC 2003 - 2º semestre

julho

Encontro Capixaba de Produtores de Maracujá

Organizado pela SEEA, no dia 17, a partir das 11h, em Linhares.

IV Feira de Agronegócios do Estado do Espírito Santo - IV Feagro

Organizada pela SEEA, nos dias 17, 18 e 19, na Unilinhares, em Linhares.

agosto

Curso de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED)

Organizado pelo SINTEC, nos dias 07 e 08, no Auditório do Crea, em Vitória.

Curso de Fibras Ópticas

Organizado pelo SINTEC, no dia 30, no Auditório da Fetrabalho, em Vitória.

setembro

Seminário Interestadual de Agricultura Sustentável

Organizado pelo Crea e Senge, de 17 a 19, Hotel Pathernon Paságada, em Vila Velha.

Curso de Manejo de Recursos Hídricos e Irrigação

Organizado pela SEEA, nos dias 03, 04 e 05, no Auditório do Crea, em Vitória.

outubro

II Seminário Espírito-Santense de Recursos Hídricos

Organizado pela GEARH, Ufes, Seama, ANA, dias 08 e 09, Hotel Porto do Sol - Vitória.

II Simpósio Rumos da Agricultura Capixaba

Organizado pela SEEA, no dia 10, no Auditório do Crea.

Simpósio Brasileiro da Cultura do Mamoeiro

Organizado pela SEEA, entre os dias 29 e 31, no Hotel Porto do Sol - Vitória.

IV Simpósio "Recuperação de Áreas Degradadas"

Organizado pela SEEA, no dia 31, de 8 às 18 horas, no Auditório do Crea.

novembro

Simpósio Nacional de Arquitetura e Urbanismo para o Turismo

Organizado pelo IAB, de 19 a 22, no Centro de Convenções de Vitória, em Vitória.

SINTAES

Faltam empregos

Durante os dias 28 e 29 de março de 2003, o Sintaes promoveu o 8º Encontro Estadual de Lideranças dos Técnicos Agrícolas, que discutiu a redução de oportunidades de trabalho. O Sintaes alega que apesar da falta de empregos, as escolas agrícolas e o próprio Estado não têm demonstrado interesse em discutir a questão, colocando cada vez mais profissionais no mercado sem criar mecanismos que possibilitem sua inserção no setor produtivo. O Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Cláudio Vereza, participou do evento e comprometeu-se em agendar uma audiência com o Governador Paulo Hartung para discutir a questão.

Informações: (28) 3521-2098

SEE

Atividades

■ No dia 25 de setembro a SEE comemora 53 anos de fundação. Na ocasião, profissionais serão homenageados.

■ Com desconto de 50% sobre o valor da anuidade de 2003, os sócios da SEE poderão se filiar à Caixa de Assistência dos Profissionais (Mútua), mediante pagamento único de R\$ 60,00.

■ Os profissionais que desejarem complementar e inovar conhecimentos com ênfase em visão de negócios, poderão participar dos cursos de especialização em Engenharia de Custos com modulação em Gestão de Obras, Custos e Projetos, oferecidos pelo IBEC/SEE. A SEE informa que a procura por esses cursos é grande e que os interessados devem contatar a entidade.

Informações: (27) 3223-0322

SINTEC

Representante

A última plenária do Crea-ES, referendou a indicação do Conselheiro Titular Técnico da Área de Meio Ambiente, Pedro Sérgio Bicudo Filho, para compor o Conselho de Meio Ambiente de Cariacica representando o Crea. A indicação foi feita pelo Sintec.

Informações: (27) 3223-0598

IAB

Conselho de Arquitetura

As Entidades Nacionais de Arquitetos e Urbanistas elaboraram um anteprojeto de lei para regulamentação de um Conselho próprio para a área de Arquitetura e Urbanismo. A proposta discutida entre os Arquitetos brasileiros prevê a criação de um órgão exclusivo gerenciador da profissão, desvinculado do Sistema Confea/Crea, que possa cuidar de questões relativas à formação, registro, fiscalização e atuação junto ao poder público.

No último Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado em maio deste ano, os Arquitetos aprovaram a “Declaração do Rio”, um documento no qual os profissionais apóiam abertamente a criação do novo Conselho e delegam às entidades a incumbência do imediato encaminhamento do anteprojeto aos poderes Executivo e Legislativo. O documento pode ser lido no site www.iab.org.br

Informações: (27) 3235-1460

AEFES

Jubileu de prata

Em comemoração aos 25 da Aefes, a entidade realiza no mês de julho eventos como palestras, lançamento de Séries Técnicas, placas e selos comemorativos. Será lançada, ainda, a homepage da Associação e feitas homenagens a ex-presidentes, empresas do ramo florestal, instituições e entidades de classe, Engenheiros Florestais e não-Florestais. Também merece registro o livro de contos “A medida de Todas as Coisas”, de autoria do Engenheiro Florestal Marco Berger, que se encontra à venda em várias livrarias da Grande Vitória.

Informações: (27) 3233-3066

IBAPE

Cursos para associados

O IBAPE está programando a realização dos seguintes cursos: Perícias em estruturas de concreto armado (16 horas); Avaliação ambiental (16 horas); Inferência estatística (20 horas); Engenharia econômica (20 horas); Contabilidade para não contadores (16 horas); Marketing para profissionais engenheiros e Arquitetos (16 horas); Avaliação de imóveis (16 horas).

Informações: (27) 3345-6760

SEEA

Prêmio para profissionais

A partir deste ano, a SEEA oferecerá aos profissionais o Prêmio de Honra ao Mérito e o Prêmio Engenheiro Agrônomo do Ano, nas categorias de Pesquisa, Extensão Rural, Ensino, Fiscalização, Defesa Vegetal e Iniciativa Privada. A entrega das premiações acontecerá durante a Festa de Confraternização pelo Dia do Engenheiro Agrônomo, em outubro, e representa mais uma ação da SEEA para valorizar e reconhecer o trabalho do Engenheiro Agrônomo capixaba.

Informações: 3223 1441/
3233 0101

SENGE

Planejamento estratégico

O Senge-ES realizou no mês de maio o Seminário de Planejamento Estratégico da entidade que definiu os objetivos estratégicos e as diretrizes gerais para o mandato 2003/2005:

Diretriz 1 : Construir continuamente a organização sindical – Objetivo: Manutenção e ampliação dos postos de trabalho; Reestruturação interna; Aprofundar as relações com as entidades

Diretriz 2: Integrar-se aos movimentos sociais – Objetivos: Manter uma interlocução permanente com os movimentos sociais; Participar de fóruns de elaboração e proposição de políticas públicas

Diretriz 3: Participar organizada e institucionalmente do sistema Confea/Crea – Objetivos: qualificar o profissional; fortalecer a entidade sindical; fortalecer o sistema eleitoral do sistema Confea/Crea.

Informações www.senge-es.org.br ou senge-es@senge-es.org.br

PESCA À ESPERA

O setor pesqueiro brasileiro celebra a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, que tem a missão de tirar o país do amadorismo e inseri-lo no mercado mundial. O Brasil ocupa o 27º lugar, com uma média de 980 mil toneladas/ano de pescado. O Espírito Santo, com seus 411 km de litoral, apresenta todas as condições favoráveis para a atividade pesqueira, mas a falta de um plano de desenvolvimento faz com que o Estado responda por apenas 7,5% da produção nacional.



PAULA STANGE

O escritor Ernest Hemingway, no clássico “O Velho e o Mar”, narra a relação do homem com o mar e a luta pela sobrevivência. A vida do pescador continua a mesma, e a imagem da pesca no Brasil é a imagem da paciência e da esperança. A orla marítima brasileira é uma das maiores do mundo. São 8,5 mil quilômetros de litoral, onde se estendem dezenas de cidades e aldeias de pesca, 12% da água doce disponível no planeta, distribuída em uma vasta malha fluvial, dois milhões de hectares de terras alagadas, clima favorável para o cultivo de espécies aquáticas e abundância de terras propícias à implantação de empreendimentos aquícolas.

Na classificação dos maiores produtores de pescado do mundo, o Brasil ocupa o 27º lugar, com uma média de 980 mil toneladas/ano. A China é a líder com 17,2 milhões de toneladas, seguida por Peru, com 8,4 milhões, Japão (5,1 milhões), Chile (5 milhões) e Estados Unidos (4,7 milhões). Porém, o país ainda não consegue atender ao próprio consumo, tendo que importar anualmente mais de US\$ 450 milhões. É verdade que o brasileiro come pouco peixe: são 6,8 quilos/ano per capita, menos de um ter-

ço dos vinte quilos recomendados pela ONU, Organização das Nações Unidas.

Há mais de quinze anos sem uma política nacional para a cadeia produtiva, o Governo Federal deverá anunciar em breve o lançamento do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, que pretende tirar o Brasil do amadorismo, dotando-o de uma melhor infra-estrutura.

Já estão previstos investimentos de mais de R\$ 2 bilhões para o segmento, com financiamentos para construção de barcos oceânicos e incentivos para a criação de ostras, camarões e tilápias. A meta da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - Seap/PR é dobrar a produção e aumentar o consumo anual de sete para doze quilos de peixe por habitante até 2006. A previsão é de gerar mais de 800 mil empregos diretos e 2,5 milhões de indiretos. Outros projetos do Governo para a pesca deverão ser anunciados durante a 1ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, que acontecerá em setembro.

AQUICULTURA

O Brasil é considerado a grande fronteira de desenvolvimento da aquicultura mundial, atividade que vem

registrando nos últimos anos um crescimento acima de 25% ao ano e responde por 26,4% da produção nacional, conforme dados da Seap. No Espírito Santo, a aquicultura tem participado cada vez mais do dia-a-dia de muitos trabalhadores rurais e pescadores artesanais. Mesmo sem apoio, eles atuam como verdadeiros desbravadores, investindo em projetos de piscicultura, carcinicultura e maricultura de ostras e mexilhões.

Para o Engenheiro Agrônomo Cledson Felipe, Chefe do Escritório Estadual da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, a aquicultura está se constituindo além de uma rica fonte para consumo próprio, uma alternativa viável para geração de emprego e renda. Porém, diz, a falta de tecnologias acessíveis para o pequeno aquícultor e o custo da ração servem de entraves para o desenvolvimento da atividade no Estado. “No caso da piscicultura, cerca de 70% do custo da produção é gasto em ração”, cita.

Atualmente a atividade envolve mais de 150 mil produtores no país. No entanto, dificuldades como carência de mão-de-obra capacitada, técnicas de manejo rudimentares, falta de procedimentos sanitários e ambientais, comercialização desorganizada, entre

outros, impedem seu desenvolvimento.

O Presidente da Associação dos Engenheiros de Pesca, Ângelo Ramalho acredita que a intensificação da pesca não será suficiente para manter a empregabilidade no setor. Ele cita problemas como exclusão dos pescadores da rede de proteção social; inexistência de vínculos empregatícios; precariedade da legislação trabalhista específica para o setor pesqueiro e limitação das linhas de crédito como fatores de entrave para o desenvolvimento da aquíicultura marinha e continental não só no Espírito Santo, mas em todo o país.

Um protocolo assinado este ano entre o Espírito Santo e a Bahia prevê um intercâmbio visando à promoção do desenvolvimento técnico, econômico e financeiro das atividades de aquíicultura e pesca. O Secretário Estadual de Agricultura, Ricardo Ferraço, explica que as experiências bem sucedidas no estado baiano serão adequadas à realidade do Espírito Santo. “O objetivo é implantar projetos que contemplem toda a cadeia produtiva do setor de aquíicultura e pesca, beneficiando diretamente os pequenos produtores rurais e comunidades de pescadores artesanais”, afirma.

Outro passo importante para o fomento da pesca e aquíicultura no Estado foi a assinatura, em junho, de um protocolo de intenções que prevê, entre outras metas, a organização das cadeias produtivas e elevação das áreas alagadas para piscicultura e carcinicultura para cerca de dois mil hectares, o que representa um incremento de 185% das áreas alagadas. A iniciativa deve gerar cerca de cinco mil postos de trabalho, correspondendo a um crescimento da ordem de 300%.

O documento prevê ainda a elevação da produção aquícola média anual para cinco mil toneladas, representando um crescimento de 400%, e o aumento da renda anual dos aquícultores de 235%, correspondendo a R\$ 8 milhões. Serão privilegiadas áreas como: ostreiculturas, multiculturas, carcinicultura, piscicultura e pesca.

Pesca capixaba à deriva

Dono de uma zona costeira de 411 km, o Espírito Santo apresenta todas as condições favoráveis para a atividade pesqueira. No entanto, a falta de um plano de desenvolvimento faz com que o Estado responda por apenas 7,5% da produção nacional de pescado, de acordo com o último levantamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - Ibama/2003. Mesmo com abundância em recursos hídricos, a costa capixaba é pouco explorada.

Além disso, a infra-estrutura de comercialização insuficiente, dificuldades de crédito ao pescador e suas instituições, baixo nível tecnológico dos pescadores artesanais e carência de pesquisas básicas, são pontos estranguladores do desenvolvimento do setor no Espírito Santo.

Especialistas no setor de pesca estão otimistas com a nova Secretaria Especial de Pesca e Aquíicultura. “Pela primeira vez no Brasil a estrutura da aquíicultura e pesca tem lugar no Governo Federal, deixando de ser apenas um apêndice do Ministério da Agricultura”, comemora o Presidente da Federação dos Pescadores do Espírito Santo, Nabucodonozor Brito.

A expectativa de quem atua no ramo é de que a Secretaria trabalhe diretamente com as colônias de pescadores. “Nós temos uma infra-estrutura muito boa, que poderia ser aproveitada em termos de estatísticas, pesquisas do estado físico das espécies capturadas, estudo sobre períodos de defeso, enfim, a colônia poderia fornecer amostragens diárias de tudo o que acontece”, sugere Brito, que diz que a desorganização no setor impede que o Governo tenha dados e informações seguras sobre a situação da pesca no país.

À frente do Escritório Estadual da Secretaria Especial de Aquíicultura e Pesca, o Engenheiro Agrônomo Cledson Souza Felipe garante que o governo está sensível à questão. “O que se está propondo é um novo modelo de gestão, que estamos chamando de gestão compartilhada”, explica. Segundo ele, o novo registro geral da pesca será informatizado, o que vai permitir o registro on line de barcos e pescadores de todo o território nacional.

Para Felipe, a Secretaria Especial terá papel indutor e modernizador da cadeia produtiva da aquíicultura e pesca em estados e municípios, através de in-



FABIOLA SANTOS

vestimentos no cooperativismo e no associativismo, na indústria de beneficiamento e pescado, na modernização da frota pesqueira, e apoio às exportações.

A pesca no Espírito Santo movimenta em torno de R\$ 130 milhões por ano, mas 90% do pescado é exportado, principalmente para São Paulo. No sul, a atividade está mais desenvolvida, destacando-se em municípios como Itapemirim, que possui a maior frota de pesca do Estado e, junto com Marataízes, é responsável por quase metade do que é produzido, o que corresponde a mais de 500 toneladas por mês. “A pesca é muito importante para o município. Além dos empregos diretos, gera centenas de indiretos, como peixarias, frigoríficos, fábricas de gelo, oficinas mecânicas, etc”, diz o Chefe do Departamento de Pesca da Prefeitura de Itapemirim, Gilberto Rocha Raposo.

A Secretaria de Estado da Agricultura deverá implantar em breve o Programa de Desenvolvimento Sustentável das Atividades de Aquicultura e Pesca, com a finalidade de desenvolver projetos com fins comerciais e esportivos, ao longo da região costeira, de águas interiores e pioneiramente no alto mar.

Segundo o Secretário da Agricultura Ricardo Ferraço, os projetos proporcionarão emprego e renda em diversos municípios capixabas que, dentro dos princípios de desenvolvimento susten-

tável, terão que estar inseridos num planejamento que compreenda todos os elos da cadeia produtiva, dando suporte técnico e infra-estrutura operacional à produção, aos setores produtivos (engorda e produção de sementes) e aos setores de processamento, distribuição e comercialização.

Para o Coordenador Temático de Pesca do Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, Engenheiro de Pesca Antônio Carlos Cavalcanti, mais do que aumento de produção, a atividade pesqueira no Estado precisa de planejamento. “A agricultura evoluiu, as atividades agrícolas evoluíram, mas a pesca estagnou. A culpa não é do setor de pesca, mas do poder público, que se desorganizou frente ao setor de pesca”, afirma. Ele espera que, com a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, os estados e municípios se estruturarem para que as propostas saiam do papel e a atividade finalmente cresça. “A pesca é fonte de renda para mais de cinquenta mil famílias no Espírito Santo e não pode ser relegada à segundo plano, como foi até agora”.

As propostas para o setor poderão ser formuladas durante a Conferência Estadual de Aquicultura e Pesca, que deverá ser realizada até o fim de setembro. As decisões serão levadas à discussão para a elaboração do Plano Nacional de desenvolvimento Sustentado da Aquicultura e Pesca.

Engenheiros de Pesca lutam pela valorização da profissão

Atuando desde 1992 no Estado, a Associação dos Engenheiros de Pesca do Espírito Santo está em fase de registro do Crea-ES. Com 44 integrantes, a associação luta pelo reconhecimento da profissão. Para o Presidente da entidade, Angelo Ramalho, as empresas que atuam na área de pesca e aquicultura não sabem da importância desses profissionais. Ele ressalta a necessidade de essas empresas obterem o registro no CREA e contratarem profissionais igualmente habilitados.

O profissional da Engenharia de

Pesca tem, entre outras funções, atuar no planejamento e gerenciamento de empresas pesqueiras; em pesquisas de oceanografia e no controle sanitário e inspeção da conservação e da industrialização de pescados.

No final da década de 80, os Engenheiros de Pesca trabalhavam nas antigas Emater e Emcaper, onde, segundo Ramalho, desenvolveram toda a base de associativismo em relação a pesca no estado. Atualmente a maioria desses profissionais atua como autônomos ou são empresários.



Vitória dos tuba

Jogar a rede no mar e pescar uma vida digna está se tornando uma possibilidade cada vez mais longínqua para milhares de famílias capixabas que dependem exclusivamente da pesca. A miséria, sempre ligada à falta de oportunidades no campo, também se alastra pelas colônias de pescadores.

O Presidente da Federação dos Pescadores do Espírito Santo, Nabucodonozor Brito, afirma que a maioria dos pescadores tira entre um e três salários mínimos por mês. Muitos passam quinze ou vinte dias no mar, e o máximo que conseguem trazer é três toneladas de peixe.

Pescador há treze anos, Antonio Chaves dos Santos conta que a concorrência com outras embarcações aumentou nos últimos anos. Ele passa cerca de vinte dias em alto-mar, em Abrolhos, no litoral sul da Bahia, e ganha pouco mais de R\$ 500 por mês. “Quando a gente volta, o peixe não vale quase nada, pagam muito pouco por ele”, desabafa.

Para o consumidor, contudo, o peixe custa caro. Para comprar três quilos de Dentão, a dona de casa Agda Maria Gomes teve que pagar R\$ 32,00. “Só compro de vez em quando, em ocasiões especiais. No dia-a-dia, comemos frango mesmo, que é mais barato”, comenta.

A cadeia de intermediação existente pode fazer com que o produto chegue a restaurantes, bares, peixarias e mercados



SERGIO CARDOSO

PETRÓLEO NÃO RIMA COM PESCA FARTA

A exploração petrolífera é outra atividade promissora no Espírito Santo. No entanto, especialistas alertam que sua expansão pode afetar a pesca marinha capixaba. “Apesar de sua importância para o Estado, o petróleo não pode ser privilegiado, em detrimento da pesca”, afirma o Coordenador de Pesca do Incaper, Antonio Carlos Cavalcanti.

Ele chama à atenção para a necessidade de se adotar medidas ambientais para a prática da pesca marítima. “O setor petrolífero vem tomando grande parte do parque pesqueiro, e por isso é preciso definir quais são as áreas destinadas à extração de petróleo e as áreas destinadas à pesca”, recomenda.

As pesquisas sísmicas realizadas pela Petrobras podem estar afugentando algumas espécies marinhas da costa capixaba, como é o caso do peroá, alerta o Presidente da Federação dos Pescadores, Nabucodonozor Brito. Ele explica que durante a prospecção, são utilizados ar-gun - canhões de ar comprimido que promovem explosões de cerca de 250 decibéis no fundo do mar. “A consequência disso é que, se antes descarregávamos de quinze a vinte toneladas por dia de

peroá, hoje esse número não passa de quatro. É prejuízo para o pescador de plataforma continental”.

O Secretário Estadual de Agricultura, Ricardo Ferraço afirma que o órgão está procurando obter o maior número de informações possíveis para definir uma estratégia de atuação. “Esta é uma questão muito delicada, pois envolve dois setores de grande potencial para o Estado e deve ser tratada com bastante cuidado”, pondera.

Diagnóstico realizado pelo Incaper identificou 48 comunidades litorâneas, distribuídas em dez colônias, nove associações de pescadores e duas cooperativas mistas de pesca. Apesar das dificuldades encontradas, é possível estabelecer uma projeção da produção de pescado no Espírito Santo, que gira em torno de 13 mil toneladas/ano, movimentando cerca de R\$ 130 milhões por ano. No total, são 1.666 embarcações cadastradas.

A PESCA EM NÚMEROS

aroes

públicos com preço até dez vezes maior do que aquele em que o peixe sai do barco. O pescador, sem meios para estocar ou beneficiar o peixe, vê-se obrigado a comercializá-lo a qualquer preço.

Cada uma das dez colônias de pescadores do Estado tem, em média, 2.500 pescadores registrados, embora a maioria não esteja em dia. A realidade é que cerca de 90% dos pescadores capixabas atuam na informalidade. Sem dinheiro, eles se arriscam mar a dentro com embarcações inadequadas e equipamentos rudimentares, correndo risco de morte. De acordo com o Ministério do Trabalho, a pesca é uma das áreas mais perigosas de se trabalhar.

Presente na vida de 70% dos pescadores brasileiros, o analfabetismo será combatido no Espírito Santo, com a implantação de um programa de alfabetização pelo Escritório Estadual da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, adianta Cledson Felipe.

A frota capixaba atual é de 1.660 embarcações motorizadas, dos quais 40% não dispõem de urnas isotérmicas, o que compromete a qualidade do produto. As exigências para financiamentos específicos para a pesca dificultam a aquisição de embarcações e equipamentos modernos. Para comprar um barco de 14 metros, o mais recomendado para a prática de pesca em alto mar, o pescador tem que desembolsar cerca de R\$ 170 mil.

Lagosta proibida

A partir de 1º de janeiro de 2004, estará proibida a pesca de lagosta com a chamada rede caçoeira em todo território nacional. A medida do Ibama tem como objetivo controlar os estoques do crustáceo que, a cada ano, vêm reduzindo na costa litorânea brasileira, do Amapá ao Espírito Santo.

A caçoeira é uma rede caseira cujas malhas estreitas acabam trazendo, junto com as lagostas maduras, espécies miúdas e o substrato que garante a reprodução. De acordo com dados do Ministério da Agricultura, a produção de lagosta no país caiu de 7,8 mil para 2,8 mil toneladas entre 1991 e 2001.

“Nós temos mais de duzentas embarcações que utilizam a caçoeira há mais de cinquenta anos e só agora ela está sendo considerada predatória”,

critica Nabucodonozor Brito, da Federação dos Pescadores do Espírito Santo, lembrando que a pesca com a rede foi liberada pelo Ibama em 1995. Ele acredita que a decisão tenha sido resultado de uma manobra de grandes armadores de pesca de lagosta do Ceará, que forcem o Instituto a proibir a pesca em todo o Brasil. “Estão querendo acabar com a concorrência!”

A pesca da lagosta no Espírito Santo é auto-sustentada e praticada em apenas 40% da costa capixaba. Segundo Brito, 60% da plataforma continental fica para a reposição do crustáceo, que não tem seu ciclo afetado. “Essa lei vai afetar centenas de famílias, por isso estamos lutando com toda a bancada do Espírito Santo para acabar com esse fantasma”.

Degradação marca o rio Doce



bem como aos desmatamentos e queimadas clandestinos.

“Contamos com cinco veículos, porém, só três estão em condições de uso. Temos um único e pequeno barco, com capacidade para três pessoas, que utilizamos para as ações no rio Doce e seus afluentes, além das outras bacias”, disse.

CONSCIENTIZAÇÃO

O ativista ambiental Nilo Tardin admite que houve avanços em relação à conscientização ambiental em Colatina, mas denuncia que a situação de degradação do rio Doce piorou.

“Desmatamentos constantes, rios secando, períodos de seca cada vez mais prolongados, queimadas sem controles, venda e uso indiscriminados de agrotóxicos, lançamento de esgotos domésticos e industriais são as marcas cotidianas na bacia do rio Doce. Diante desse quadro, o poder público é incapaz e a sociedade é negligente”, protesta o ativista.

Apesar de destacar o fortalecimento do movimento ambiental e as oportunidades de avanço das políticas para a bacia, através do Comitê Gestor - instância que integra a sociedade civil, o poder público e usuários - o Diretor da Associação Colatinense de Defesa Ecológica - Acode, Daniel Araújo, demonstra preocupação. “A situação do rio Doce é crítica. A degradação é visível, colocando em risco um dos mais importantes mananciais de água para o estado. A alternativa é a implementação de programas de recuperação que considerem as realidades sociais, culturais e econômicas das populações da bacia”, frisou.

O rio Doce ainda espera a aprovação de uma lei federal, apresentada em 1999, que prevê reflorestar, despoluir e desassorear a bacia, transformando o rio numa hidrovia, nos seus últimos 147 quilômetros, já em território capixaba.

A CIDADE DE COLATINA, QUE É CORTADA PELO RIO DOCE, TAMBÉM SOFRE COM A DEGRADAÇÃO DOS MANANCIAIS

Maiores mananciais de águas do Estado, rio Doce há anos agoniza em decorrência da degradação da sua bacia hidrográfica, que sofre com desmatamentos, queimadas, assoreamentos, despejo de esgotos domésticos e industriais, contaminação por agrotóxicos da agricultura e pecuária. 147 km do leito do rio estão em território capixaba, atravessando os municípios de Baixo Guandu, Colatina e Linhares.

O empobrecimento do rio afeta comunidades ribeirinhas como a de Maria Ortiz, uma vila de pescadores situada entre o rio Doce e a Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM), em Colatina. Sem água encanada para consumo humano, os moradores dependem da que é fornecida por meio de carrossas, nem sempre suficiente. Os pescadores revelam que é comum beberem água do rio sem nenhum tipo de tratamento.

O pescador João Arlindo conta que o rio Baunilha, que deságua no rio Doce, próximo à vila, está longe da fartura de peixes que tinha no passado. “É muita destruição na região. Até no rio Doce os peixes vão desaparecendo. A fiscalização é muito rigorosa com os pescadores, mas o que acaba mesmo com os peixes é o veneno (agrotóxicos) usado nos pastos próximos às margens, que acaba chegando ao rio, contaminando tudo”, afirma.

Para reverter esse quadro, o poder

público e a sociedade civil se mobilizam, cada um à sua maneira e ritmo. Em Colatina não é diferente. O Prefeito de Colatina, Guerino Balestrassi (PSB), Vice-Presidente do Comitê Gestor da Bacia do Rio Doce formado por representantes do ES e MG, explica que o papel do Comitê é formular políticas para o manejo e desenvolvimento da bacia, que congrega 230 municípios dos dois estados. “Para essa realidade tão ampla, projetos ou programas só serão eficazes se forem integrados”, afirma.

DESPOLUIÇÃO

Balestrassi, porém, reconhece os problemas específicos da bacia em Colatina, tais como, a poluição por esgotos e o assoreamento. “Temos investido em programas de despoluição de afluentes, como o córrego São Silvano e rios como o Baunilha e o Santa Maria. Programas de educação ambiental também estão em andamento”, informou.

Sediado em Colatina, o 2º Pelotão da Companhia de Polícia Ambiental conta com um efetivo de 27 homens para cobrir 21 municípios da região noroeste do Estado. O comandante, Capitão Taciano Grampinha, destaca que, além do pequeno efetivo, o 2º Pelotão também sofre com a carência de recursos para sua atuação na fiscalização e repressão à pesca e caça predatórias,

Dos teodolitos à estação total

GLÁUCIO RODRIGUES

Durante a Guerra do Iraque, uma tecnologia amplamente utilizada pelos norte-americanos praticamente desnudou o país, revelando ao mundo cada metro quadrado do país de Saddam Hussein: o sensoriamento remoto, realizado por sensores instalados em satélites na órbita terrestre. Mas, ao contrário das finalidades bélicas, o uso civil desta tecnologia auxiliar da Geomática vem oferecendo ao homem dados estratégicos para o combate aos mais variados problemas modernos, como os desmatamentos florestais e o surgimento de áreas de risco nas aglomerações urbanas.

No Espírito Santo, a primeira turma do curso técnico em Geomática se formou no ano passado. O curso, que substituiu o curso técnico de Agrimensura, é oferecido pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (Cefetes) com 22 vagas anuais de nível médio.

Para o professor de Geomática do Cefetes, Adelson Azevedo, apesar da versatilidade e da precisão do sensoriamento remoto, este não implicará o fim da topografia tradicional com o uso dos teodolitos. “Ao contrário, isso trouxe à Topografia uma qualidade a mais. Antes, era preciso ir a campo com uma equipe grande de técnicos. Utilizava-se o teodolito para ler o ângulo, media-se a distância, anotava-se, transcrevia-se para uma planilha, calculava-se e, depois, passava-se para o papel com o transferidor. Ao final, ainda havia a probabilidade de erro”, relembra.

“Mesmo assim, ainda continuamos utilizando o teodolito, a trena e todas as ferramentas tradicionais no ensino aos nossos alunos, pois não basta apenas se apropriar da tecnologia e apertar um botão de computador para obter os dados. É primordial que o aluno conheça os fundamentos da Agrimensura e da Topografia para criticar os resultados que o computador está lhe oferecendo”, conclui.

Com o desenvolvimento tecnológico, gerou-se um equipamento eletrônico para medir o ângulo e outro para medir a distância, chamado Estação Total. Além de realizar a mensuração,

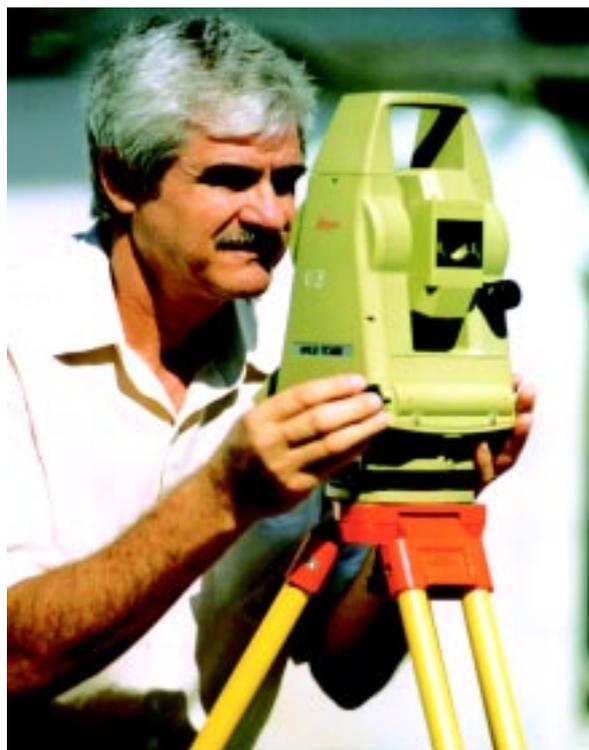
o aparelho armazena os dados coletados. No levantamento topográfico, o profissional leva a Estação a campo, coleta os dados e armazena na memória; no laboratório, transfere as informações ao computador e processa os dados para realizar a representação dos gráficos.

No entanto, o professor de Geomática do Cefetes, José Aguiar Pilon, alerta para a importância de escolher empresas e profissionais habilitados para a realização do levantamento. “Como exemplo, posso citar o caso das jazidas de pedras ornamentais. De posse das coordenadas concedidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), de latitude e longitude para exploração das jazidas, é preciso ir ao local para marcar a posição no terreno. Entretanto, este é um trabalho que exige uma precisão, pois qualquer margem de erro pode colocar em litígio duas jazidas vizinhas”, explica.

NO MERCADO

No Espírito Santo uma das empresas que têm atuado no setor de Geomática é a Maplan Aerolevantamentos S.A., especializada principalmente em aerofotogrametria (mensuração e estudo de área por fotografia aérea) para produção cartográfica.

“No final do ano passado, realizamos um levantamento ambiental aéreo de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, onde, infelizmente, dias depois, várias pessoas morreram vítimas de desmoronamentos de terras após uma chuva torrencial. Este estudo vai permitir a identificação de outros pontos de fragilidade na região para que sejam feitos os devidos investimentos pelo poder público”, relata o eng. cartógrafo Roberto F. Tavares, diretor-técnico da Maplan.



SÉRGIO CARDOSO

APESAR DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS OS TRADICIONAIS TEODOLITOS NÃO DEIXARÃO DE SER USADOS TÃO CEDO

Por dentro da Geomática

O TÉCNICO EM GEOMÁTICA realiza atividades de produção, aquisição, armazenagem, análise, disseminação e gerenciamento de informações espaciais relacionadas com o ambiente e com os recursos terrestres. Também executa atividades de levantamento e mapeamento, integrando elementos como topografia, cartografia, hidrografia, geodésia, fotogrametria e agrimensura com as novas tecnologias e os novos campos de aplicação, como o sensoriamento remoto, o mapeamento digital, os sistemas de informações geográficas e os sistemas de posicionamento por satélite.

Situação no Crea-ES

O curso técnico de Geomática ainda não está registrado no CREA. Porém, o Cefetes já está preparando a documentação necessária para o cadastramento no Conselho em cumprimento à Resolução 261/79 do Confea. Após ser analisado pela Câmara Especializada no Crea, o processo será encaminhado ao Confea para o possível estabelecimento das atribuições legais dos profissionais.

TESOURO COLONIAL RESTAURADO

FOTOS: ALVARO ABREU E CACÁ LIMA



Um dos mais importantes monumentos históricos capixabas foi entregue à população em junho completamente restaurado. Construída entre 1580 e 1615, a Igreja dos Reis Magos, em Nova Almeida, na Serra, guarda ainda hoje a configuração básica característica do traçado primitivo, condição que motivou seu tombamento, em 1943, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.

Em 2001, uma equipe de doze profissionais deu início às obras de restauração do imóvel, que contemplaram todo o conjunto edificado, formado pela Igreja e a antiga residência anexa. Além de sete Arquitetos, duas Arqueólogas e três Engenheiros, o projeto também envolveu trainees, estagiários, encarregados, operários e outros profissionais do Iphan - da 6ª Sub-Regional de Vitória do Iphan, Tereza Carolina Frota de Abreu.

O projeto de restauração tomou como princípio básico recuperar ao máximo o partido arquitetônico original das edificações, identificar e preservar as marcas das suas diferentes ocupações ao longo dos tempos: a jesuítica e a da instalação da câmara e da cadeia, quando a

aldeia passou a ser Vila Nova de Almeida. “O maior desafio de uma restauração é respeitar as técnicas e os elementos construtivos e, ao mesmo tempo, inserir no prédio instrumentos que garantam conforto aos visitantes, sem que isso o descaracterize”, explica a Diretora da 6ª Sub-Regional de Vitória do Iphan, Tereza Carolina Frota de Abreu.

Ela destaca como os principais trabalhos executados a recuperação completa dos telhados, forros, pisos, escadas, portas e janelas da Igreja e da Residência, bem como a substituição das antigas instalações elétricas e sanitárias e a melhoria das condições de drenagem, circulação, acesso e segurança. As obras custaram em torno de R\$ 640 mil, recurso obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, através do Programa Nacional de Apoio à Cultura, do Ministério da Cultura - Pronac.

O coordenador do projeto foi o Arquiteto carioca Paulo Vidal, mas as obras foram acompanhadas pela Arquiteta capixaba Dárlem Machado Martins, que enviava relatórios periódicos ao Iphan do Rio de Janeiro.

Dárlem diz que o acompanhamen-

to do Arquiteto desde o início da investigação do edifício possibilitou chances maiores de acerto durante as reformas. “O Arquiteto participa de todas as etapas de trabalho, recolhendo as informações dos profissionais envolvidos para então tomar as decisões finais”, conclui a Arquiteta.

A Arqueóloga Christiane Lopes Machado também participou da equipe e destaca a importância dos profissionais da área em projetos de restauração e recuperação de bens do patrimônio histórico. “A Arqueologia permite conhecer aspectos da edificação que

de outra forma não seriam descobertos. Além de elementos arquitetônicos, que podem ou não ser recuperados pela restauração, há a construção do conhecimento sobre o surgimento desse assentamento humano e sua evolução através do tempo, o que é fundamental para a compreensão de sua história”.



A PESQUISA ARQUEOLÓGICA IDENTIFICOU OUTRAS FORMAS DE USO E FASES DE REFORMAS ANTERIORES. COMO EXEMPLO, A JANELA CONVERSADEIRA QUE UM DIA JÁ TEVE GRADES QUANDO A SALA ERA UMA CELA.

Etapas

Primeira etapa: Consistiu no levantamento arquitetônico integral e detalhado do conjunto

Segunda etapa: Foi feita a pesquisa histórica - bibliográfica e documental.

Terceira etapa: Pesquisa arqueológica, iniciada com uma sondagem através de Ground Penetration Radar - GPR, e que foi realizada em três fases, incluindo o interior da Residência e as áreas de entorno imediato.

Quarta etapa: Recuperação dos telhados e forros, concomitantemente com a desinfestação e imunização de todo o madeiramento conservado e das peças trocadas. A seguir restaurou-se o piso do pavimento superior, foram iniciadas as instalações elétricas e detalhados os projetos arquitetônicos das áreas a serem adaptadas, como a da copa, dos sanitários e da reserva técnica. Prontos os pisos, foram recuperadas todas as esquadrias - quadros, tampos e ferragens - e os guarda-corpos da varanda.

Quinta etapa: Depois de realizar as prospecções de cor, a equipe iniciou a pintura dos elementos restaurados, seguida da recuperação das escadas, já em função dos níveis de piso que seriam adotados no térreo, a partir das indicações da pesquisa arqueológica. As prospecções também evidenciaram as formas curvas originais nas bases das colunas, que haviam sido retificadas em outras intervenções.

Sexta etapa: Após a restauração dos elementos decorativos, foi executada então toda a instalação hidro-sanitária e o sistema de drenagem do pátio interno. Em seguida, foram então instaladas três salas de exposições, sendo duas para exposições temporárias e duas permanentes.

Sétima etapa: A última etapa foi a do tratamento interpretativo desse patrimônio, com informações reunidas nas pesquisas históricas e nas prospecções arqueológicas e arquitetônicas.



A RESIDÊNCIA ANEXA TEVE SUA CONFIGURAÇÃO ORIGINAL RESGATADA COM RETIRADA DE MURETAS QUE CERCAVAM O CENTRO DO PÁTIO E COM REPLANTIO DA GRAMA

Restaurações deverão ter acompanhamento de Arquitetos

Visando fixar critérios e parâmetros para as atividades de reforma e restauro em bens e monumentos, a Câmara Especializada de Arquitetura do Crea-ES aprovou, no dia 31 de março, a norma 04/03 que exigirá que os projetos tenham obrigatoriamente a aprovação e o acompanhamento de Arquitetos (ver norma na íntegra na página 25). Além disso, firmas e profissionais que atuarem nessa área deverão ser registrados no Conselho.

“A intervenção sem critérios nesses bens de interesse de preservação histórica, cultural, social ou arquitetônica, podem comprometer a integridade da edificação, descaracterizando-a”, explica a Arquiteta e Consultora Técnica do Crea-ES Clemir Regina Pela Meneghel. De acordo com a nova norma, apenas os profissionais da Arquitetura, por conta de sua grade curricular, possuem a formação adequada para a prática de restauros e reformas em edificações históricas, tombadas ou não.

O Professor do Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Espírito Santo, o Arquiteto Nelson Porto Ribeiro, explica que, além de possuir uma matéria específica sobre intervenções em patrimônios históricos e culturais, o curso apresenta

outras disciplinas correlacionadas, como História da Arquitetura e História da Arte. “Em equipes de restauro deve haver Engenheiros, Geólogos, Historiadores, Arqueólogos etc, mas o Arquiteto é o mais indicado para coordená-las, devido ao seu currículo”, comenta o professor.

A resolução do Confea número 218/73 diz que compete somente ao Arquiteto ou ao Engenheiro-Arquiteto o trabalho em conjuntos arquitetônicos e monumentos, lembra o Coordenador da Câmara Especializada de Arquitetura do Crea-ES, o Arquiteto Alexandre Cypreste Amorim.

A participação de profissionais da Arquitetura em projetos de recuperação de bens patrimoniais é valorizada pela Prefeitura de Vitória. “Não há obras sem projeto. Nossas equipes são formadas por profissionais que conhecem as questões do centro, sua problemática, e têm por formação fazer pesquisas nessa área”, afirma a Administradora Regional do Centro, Lília Mello. Para ela, o Arquiteto que trabalha em centros históricos, como o Centro de Vitória, muitas vezes tem que “abrir mão do impulso de recriar a realidade em favor da memória, dos registros de uma época”.

Seminário define metas de saneamento para o ES

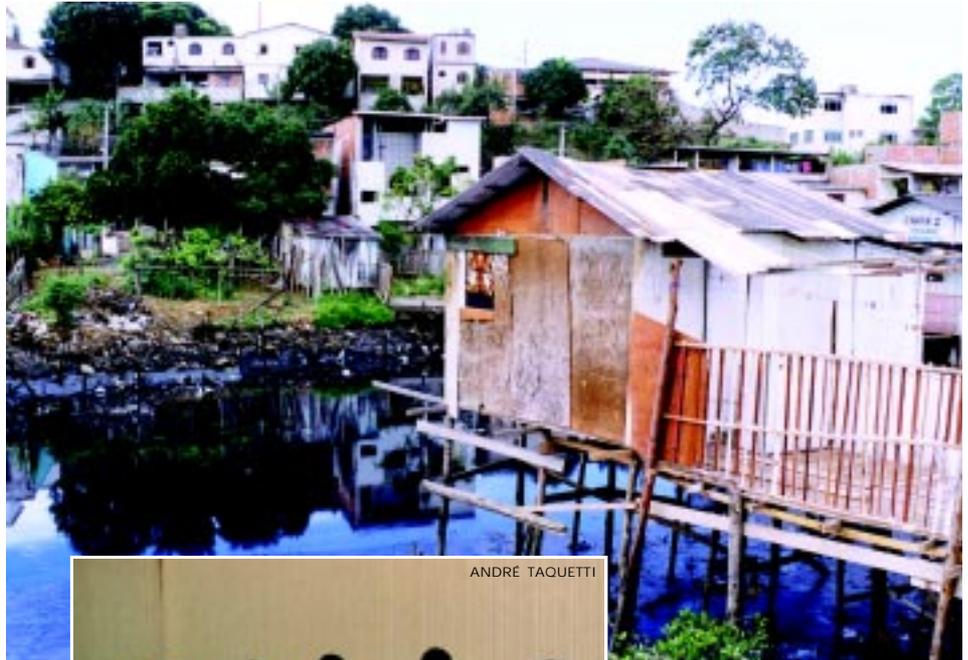
BETH NADER

Trabalhadores, Técnicos e profissionais do setor de saneamento, além de representantes de comunidades locais, estiveram presentes no último dia 25 de junho, no Hotel Pasárgada, em Vila Velha, no Seminário Interestadual de Saneamento Ambiental. Foram abordados no evento assuntos como os direitos do consumidor em relação ao serviço de saneamento básico e a adoção de uma política nacional de saneamento sob a ótica do Governo Federal.

Durante o evento, o titular da Secretaria Nacional de Saneamento, órgão vinculado ao Ministério das Cidades, Abelardo de Oliveira Filho, reafirmou a importância da realização da Conferência Nacional das Cidades, que acontecerá entre os dias 23 e 26 de outubro. A conferência pretende discutir setorialmente uma política universal nas áreas de saneamento, habitação, transportes e demais aspectos dos desenvolvimento urbano.

“Tudo se dará de forma bastante democrática e participativa, já que haverá uma etapa municipal, onde as cidades poderão levar seus principais desafios, e uma etapa estadual, onde as propostas serão mais amplas. Estamos convocando o Governo Estadual, os Governos Municipais, as Entidades e a população em geral a participarem ativamente da Conferência das Cidades para que, dessa maneira, possam contribuir de uma forma efetiva para a construção da política nacional de saneamento ambiental e também construir propostas de política estadual e municipal”, explicou o representante do Ministério.

O Presidente da Companhia Espírito Santense de Saneamento - Cesan, Paulo Ruy Carnelli Valin, afirmou que a empresa pretende firmar parcerias com diversas prefeituras para renova-



ção de contratos de concessão que definam regras e parâmetros da prestadora dos serviços ao poder concendente. Ele lembrou que 26 municípios capixabas ainda não são atendidos pela Cesan, em sua maioria os localizados no interior do Estado. “Temos que cumprir nosso papel de abastecer e garantir o saneamento básico a todos”.

Também participou do Seminário o representante do Instituto de Defesa do Consumidor - Idec, Leo Sztutman. Ele explicou que a entidade é uma associação sem fins lucrativos, que atua no esclarecimento dos consumidores sobre questões como a privatização e a qualidade dos serviços de saneamento e o aumento das tarifas no setor. Sztutman apresentou dados preocupantes sobre o serviço de saneamento. Segundo uma pesquisa feita pelo Idec, 22% das residências de todo o Brasil não contam com

abastecimento de água e 54% não possui rede de tratamento de esgoto.

À frente da Secretaria Estadual de Desenvolvimento, Infra-Estrutura e Transporte, o Presidente do Crea-ES, Silvio Roberto Ramos destacou a importância da participação de todas as secretarias nos projetos do Ministério das Cidades, do Governo Federal.

Os projetos de saneamento desenvolvidos pela Prefeitura de Vila Velha foram apresentados pelo Prefeito Max Filho, que ressaltou as dificuldades encontradas devido à falta de uma política específica para o setor e a importância de discussões permanentes que resultem na apresentação de propostas para a melhoria da qualidade de vida da população e preservação e recuperação do meio ambiente.

O Seminário Interestadual de Saneamento Ambiental foi realizado pelo Crea-ES e organizado pelo Sindicato dos Engenheiros do Espírito Santo - Senge-ES e Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado do Espírito Santo - Sindaema-ES.

A CÂMARA ESPECIALIZADA DE ARQUITETURA DO CREA-ES ATRAVÉS DA NF-04-03 DE MARÇO DE 2003 FIXA CRITÉRIOS, PARÂMETROS E ATRIBUIÇÕES PARA PROJETO, EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – A.R.T., NO CREA – ES, PARA ATIVIDADES DE REFORMA E RESTAURO BEM COMO A CONSERVAÇÃO DE OBRAS E MONUMENTOS

I – OBJETIVO

Esta norma tem como objetivo, fixar os critérios e parâmetros para o registro no CREA-ES e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART para as atividades de reforma e restauro bem como a conservação de obras e monumentos.

II - FUNDAMENTOS JURÍDICOS E TÉCNICOS

A Câmara Especializada de Arquitetura do CREA-ES, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 1º, 6º, 7º, 8º e 46, letra "g" da Lei nº 5.194/66, bem como, os artigos 1º e 3º da Lei nº 6.496/77, e da Lei nº 5.524/68 de 05/11/68, a Resolução Nº 218/73, do CONFEA e Decreto Federal nº 23.569/33 de 11/12/33, e, considerando as competências dos Engenheiros Arquitetos, Arquitetos, Urbanistas, Arquitetos e Urbanistas dispostos no artigo 30 do Decreto 23.569/33 e nos artigos 2º e 21 da Resolução Nº 218/73, do CONFEA, e considerando:

1. o disposto no art. 2º da Resolução 218, de 29 de junho de 1973 e artigo 30 do Decreto 23.569 de 11 de dezembro de 1933;

2. que apenas o currículo mínimo dos Cursos de Arquitetura, fixado pelo Conselho Federal de Educação, oferece aos profissionais egressos destes, a formação adequada para a prática neste domínio;

3. a definição de MONUMENTO, redigida e expressa no Artigo 1º da CARTA DE VENEZA (1933), da Carta Internacional sobre Conservação e Restauração dos Monumentos e Lugares, no qual "a noção de monumento compreende não só a criação arquitetônica isolada; mas também a moldura em que ela está inserida. O monumento é inseparável do meio onde se encontra situado e, bem assim, da história da qual é testemunho. Reconhece-se conseqüentemente, um valor monumental tanto aos grandes conjuntos arquitetônicos, quanto às obras modestas que adquiriram, no decorrer do tempo, significação cultural e humana. Daí advém, para efeito da presente norma, a necessidade de fixar como tal, o conjunto de edificações ou as edificações isoladas, ou ainda os lugares de interesse histórico e/ou cultural, tombados ou não, mas reconhecidos pelo significado às gerações presentes e futuras, pelo poder público, em seus diversos níveis através de mecanismos legais de preservação dos mesmos";

4. que PÓRTICO, do latim Porticus, significa "Galeria aberta de um dos lados, ou passagem coberto, que ostenta uma colunata. Galilé Portal alpendrado. Em tal sustentada por dois esteios, ou pés direitos". Daí, no linguajar técnico contemporâneo, o emprego da palavra para designar o elemento estrutural, que pode ser articulado, composto de dois elementos trabalhando à compressão que sustentam um tercei-

ro, que trabalha à flexão vencendo um vão. Então a necessidade de separar o significado da raiz latina, que contempla os pórticos enquanto monumentos de acesso às cidades ou a locais públicos, portanto, elemento arquitetônico, da ampliação do conceito, ordinariamente empregado à construção, este sim objeto vinculado a todas as categorias habilitadas ao exercício da construção;

5. a necessidade de estabelecer critérios para definir a Responsabilidade Técnica (R.T.) das atividades de projeto, reforma e restauro na área dos monumentos e imóveis do patrimônio histórico.

6. que os projetos e execuções nestas atividades estão sujeitas à Anotação de Responsabilidade Técnica – ART conforme as disposições da Lei nº 6496 de 27 de dezembro de 1977;

que REFORMA segundo Aurélio: " Ato ou efeito de reformar, mudança, modificação, reformação, forma nova";

7. que RESTAURAÇÃO segundo Aurélio: "Conjunto de intervenções técnicas e científicas, de caráter intensivo, que visam a garantir, no âmbito de uma metodologia crítico estética, a perenidade de um patrimônio cultural";

8. que RESTAURAÇÃO segundo a Carta de Lisboa: "Obra especializada que tem por fim a consolidação conservação e consolidação de uma construção, assim como a preservação total ou reposição de parte de sua concepção original, correspondente aos momentos mais significativos da sua história";

9. que uma reforma é dado nova forma a um edifício ou objeto, sem nenhum compromisso com a forma ou uso original; não sendo considerados valores estéticos, históricos ou culturais, não havendo portanto compromisso com técnicas, formas ou materiais usados na obra;

10. que a restauração é uma intervenção que tem objetivo a consolidação e revalorização de uma obra de arte ou histórica, que representa estágios vividos, por uma determinada sociedade, respeitando as marcas deixadas pelo tempo.

Resolve, adotar os parâmetros e procedimentos constantes da SEÇÃO III, como base para o exercício da fiscalização, na área de competência do CREA-ES, das atividades profissionais mencionadas na SEÇÃO I.

III – PARÂMETROS E PROCEDIMENTOS BÁSICOS PARA A FISCALIZAÇÃO

A Câmara de Arquitetura, no uso de suas atribuições, conferidas pela letra "e" do art. 46 da Lei n.º 5.194/66 e, tendo em vista ao que dispõe os artigos 1º e 3º da Lei 6.496/77, resolve adotar os seguintes parâmetros e procedimentos para o exercício da fiscalização na área de competência do CREA-ES, das atividades profissionais mencionadas no item I desta Norma:

1. Estão obrigadas a registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia-CREA-ES:

- O projeto arquitetônico de Restauro de Imóvel (edificação) ou de monumento do patrimônio histórico, privado, ou imóvel de interesse de preservação, tombado ou não é de competência exclusiva do profissional da área de Ar-

quitetura, face aos conhecimentos por ele adquiridos em sua formação profissional, tanto na elaboração dos projetos complementares como na execução da obra ou serviços de Restauro.

Ao profissional Arquiteto autor do projeto arquitetônico de Restauro é facultada a instituição de equipes de profissionais que, de acordo com as características da obra ou serviço, se tornem necessárias a seu acompanhamento.

Cabe ao Arquiteto a aprovação final dos projetos complementares, especificações de materiais e técnicas propostas por estas equipes, cabendo ainda, neste caso, a gerência, supervisão, coordenação, fiscalização e execução da obra ou serviço.

2. Estão obrigados ao registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, os profissionais e firmas que se dediquem ao projeto, reforma, restauração, execução e conservação de qualquer atividade relacionada a monumento, devendo apresentar Arquiteto o Arquiteto e Urbanista como Responsável Técnico.

- A noção de monumento aplicável a este item engloba os conceitos tradicionais, complementados pelo Artigo 1º da CARTA DE VENEZA, incluindo-se, a noção de pórtico na raiz do latim (notadamente os de acessos às cidades, parques, exposições, etc). Excluem-se neste artigo os bustos, as esculturas, os marcos, os painéis, as placas e os artefatos, inerentes também aos Artistas Plásticos. A estes é vedado, entretanto, a realização de obras que impliquem em edificações/construções, atribuição exclusiva do Arquiteto ou Arquiteto e Urbanista, em se tratando de monumentos, conforme artigo 2º da Resolução 218/73 do CONFEA.

IV – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

1- Definições:

1.1- Projeto: Atividade técnica que envolve cálculos ou dimensionamento, plantas, desenhos, pareceres, relatórios análises, normas e especificações, formuladas através de princípios técnicos e científicos;

2- Abreviaturas:

2.1- ART: Anotação de Responsabilidade Técnica;
2.2- CREA-ES: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;
2.3- CEAR: Câmara Especializada de Arquitetura;
2.4- CONFEA: Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

V - APROVAÇÃO E REVISÕES

1- Aprovação:

A presente norma foi aprovada na 203ª Sessão da CÂMARA DE ESPECIALIZADA DE ARQUITETURA DO CREA-ES, realizada em 31/03/03 e homologada na 834ª Sessão Plenária do CREA-ES realizada em 08/07/03.

Arq. ALEXANDRE CYPRESTE AMORIM
Coordenador

Arq. EDUARDO SIMÕES BARBOSA
Secretário em exercício

Arq. APARECIDA MARIA DA SILVA BORGES
Conselheira

Eng. Industrial JOSÉ CARLOS DE ASSIS
Rep. Plenário na Câmara

Ser e não ser: Refletindo sobre alguns dilemas contemporâneos do Sistema Confea/Creas

RENATO EMERSON DOS SANTOS (*)

Shakespeare, há alguns séculos, lançava à humanidade a instigante questão de “ser ou não ser”. Hoje em dia, esta mesma humanidade, impregnada de valores culturais marcados pela era da globalização, das crises e conflitos de (múltiplas) identidades, se vê diante de uma nova questão: “ser e não ser”.

Mais do que em qualquer outro período histórico, na atualidade acabaram-se as verdades absolutas. Tudo é, não apenas relativo, mas dúbio, ambivalente. Cada um tem sua verdade, seu modo (legítimo) de interpretar e encarar o mundo. E esses modos são cada vez mais facilmente traduzidos em vontades políticas, em impulsos transformadores da realidade – tão numerosos quanto os interesses em jogo em cada situação.

Esta nova realidade coloca em xeque o monolitismo das razões, e abala os sustentáculos das instituições fundadas e cristalizadas sob a égide de racionalidades absolutizadas. E dentre estas instituições, está o nosso Sistema Confea/Creas.

O Sistema foi criado dentro do cruzamento entre duas razões estruturantes do Estado Brasileiro, uma razão tecno(buro)crática e outra razão patrimonialista, amplamente amparadas pela regulação autoritária que se implantou na década de 60, e que lhe legaram diversas heranças, das quais podemos citar: um minucioso e elogiável rigor técnico na estruturação da sua apreciação das competências profissionais à luz da divisão do trabalho da época - ainda que permeado por disputas políticas; um formato institucional que, assim como em outras instâncias da administração pública geradas sob a mesma racionalidade, deixa brechas para aproveitamentos pessoais políticos e/ou pecuniários da máquina, lamentáveis episódios que nos constroem de tempos em tempos.

Esta estrutura autárquica é agora, mais do que nunca, alvo de pressões e severas críticas por parte dos diversos segmentos de alguma forma implicados

na sua atuação. A tendência desregulamentadora de tom neoliberal que vem sendo exercida sobre todas as estruturas estatais, desmantelando lógicas e razões pretéritas, vem desferindo duros golpes no Sistema.

Primeiramente, a própria estrutura do Estado que geriu o Confea/Creas também geriu outras esferas de regulação, tão próximas em suas competências quanto autarquicamente independentes e distantes entre si em sua atuação. Esta independência gerava, até pouco tempo, alguns conflitos pela sobreposição de atribuições, mas, fundamentalmente, uma soberania cuja interpretação às vezes beirava a onipotência. Por exemplo, muito se defendeu – e se fez – que nosso Sistema deveria atuar não somente como fiscalizador do exercício profissional, mas também como definidor de atribuições e, por consequência, definidor da formação profissional. Como a antiga estrutura preconizava a vinculação entre a formação acadêmica e a formação profissional – convergentes através dos currículos mínimos -, em não raras situações se viu atritos por ingerências de instâncias do Sistema junto às Universidades.

De outro lado, na última década as reformas na educação empreendidas por outras esferas do Estado, competentes para legislar sobre a formação acadêmica, simplesmente acabaram com os currículos mínimos – instituindo as diretrizes curriculares -, desvincularam assim a formação acadêmica da formação profissional – o que acaba com a garantia automática da competência profissional para o exercício das atribuições até então pré-estabelecidas -, e abalaram um dos pilares do Sistema, obrigando-o a uma indigesta – e protelada – auto-crítica.

Em segundo lugar, a divisão técnica do trabalho já não é mais a mesma, e Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos, Geógrafos, Geólogos e demais profissionais do Sistema já não fazem o mesmo que faziam décadas atrás. Mais do que isso, as novas divisões técnicas do traba-

lho – flexíveis, e não mais taylorista-fordistas – confundem as identidades no mundo do trabalho, ao conferir múltiplas atribuições aos trabalhadores.

É preciso ajustar a regulamentação e fiscalização a estas mudanças no mundo da formação e no mundo do exercício profissional, sob risco de ampliar o anacronismo e a incompatibilidade entre o Sistema e as esferas da sociedade diretamente implicadas a ele. Muitos Creas vêm apontando para mudanças no perfil de suas atuações, alguns se aproximando de lutas e de movimentos sociais, outros buscando oferecer serviços de interesse de seus filiados, e há até aqueles que vêm assumindo responsabilidades na formação continuada e na atualização de conhecimentos dos profissionais – iniciativas louváveis, mas que não evitam a necessidade de uma profunda reflexão acerca do que o Sistema deve ser e o que não deve ser.

Tais questionamentos são apenas alguns exemplos do dilema do “ser e não ser” que o Sistema vive na contemporaneidade. Sua legitimação social sempre partiu de um princípio inquestionável: a sociedade precisa de algum tipo de proteção e segurança da qualidade na aplicação de determinados conhecimentos. O que fica cada vez menos claro para a sociedade é se esta proteção vêm sendo satisfatória e, se a melhor maneira de garanti-la é através de uma estrutura autárquica como o Sistema Confea/Creas.

Então, como ser a instância de proteção da sociedade, e não ser interpretado como um resquício burocrático que apenas penaliza os profissionais através de múltiplas cobranças (anuidade, ARTs)? Como ser instrumento de garantia da função e da valorização social do profissional e não ser um instrumento de corporativismos, ou instância de captação e gestão de polpudos recursos financeiros?

Com certeza, a auto-crítica pode ser indigesta, mas é urgente, fundamental e será saudável para a sobrevivência do Sistema.

* Representante da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) no Confea e Vice-Diretor da AGB-Rio de Janeiro